



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE MATO GROSSO**



**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

**CUIABÁ/MT
MARÇO/2012**



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE MATO GROSSO**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

Relatório de Gestão do exercício de 2011, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº. 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº. 108/2010 e da Portaria TCU nº. 123/2011 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº. 2546/2010).

**CUIABÁ/MT
MARÇO/2012**

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

CGU – Controladoria Geral da União

CRH – Coordenação de Recursos Humanos

DG – Direção Geral

DGP – Diretoria de Gestão de Pessoal

DPF – Departamento de Polícia Federal

DLOG – Diretoria de Administração e Logística Policial

DRCOR – Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado

DN – Decisão Normativa

IN – Instrução Normativa

IPL – Inquérito Policial

LOA – Lei Orçamentária Anual

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PPA – Plano Plurianual

PRONASCI - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania

SELOG – Setor de Administração e Logística Policial

SR/DPF/MT - Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado de Mato Grosso

RG – Relatório de Gestão

SELOG – Setor de Administração e Logística Policial

SETEC - Setor Técnico-Científico

SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos

SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

SINPRO - Sistema Nacional de Procedimentos

TCU – Tribunal de Contas da União

UG – Unidade Gestora

UJ – Unidade Jurisdicionada

UO – Unidade Orçamentária

UTEC – Unidade Técnico-Científica

LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES E INFORMAÇÕES ANEXAS.

<i>Quadro I – Identificação da Unidade Jurisdicionada – Relatório de Gestão Individual.....</i>	<i>8</i>
<i>Quadro II - Dados do Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade e suas Ações...14</i>	<i>14</i>
<i>Quadro III - Dados Gerais da Ação 2586</i>	<i>17</i>
<i>Quadro IV - Execução Financeira da Ação 2586 realizada pela Unidade.....</i>	<i>17</i>
<i>Quadro V - Dados Gerais da Ação 2679</i>	<i>18</i>
<i>Quadro VI - Execução Financeira da Ação 2679 realizada pela Unidade.....</i>	<i>19</i>
<i>Quadro VII - Dados Gerais da Ação 2720</i>	<i>19</i>
<i>Quadro VIII - Execução Financeira da Ação 2720 realizada pela Unidade</i>	<i>19</i>
<i>Quadro IX - Dados Gerais da Ação 2726.....</i>	<i>20</i>
<i>Quadro X - Execução Financeira da Ação 2726 realizada pela Unidade</i>	<i>21</i>
<i>Quadro XI - Dados Gerais da Ação 4572.....</i>	<i>27</i>
<i>Quadro XII - Execução Financeira da Ação 4572 realizada pela Unidade</i>	<i>27</i>
<i>Quadro XIII– Dados do Programa 0750 – Apoio Administrativo.....</i>	<i>29</i>
<i>Quadro XIV - Dados Gerais da Ação 2000</i>	<i>29</i>
<i>Quadro XV - Execução Financeira da Ação 2000 realizada pela Unidade Gestora Tesouro</i>	<i>30</i>
<i>Quadro XVI - Execução Financeira da Ação 2000 realizada pela Unidade Gestora Funapol....</i>	<i>30</i>
<i>Quadro XVII - Execução Financeira da Ação 2012 realizada pela Unidade Gestora Tesouro...30</i>	<i>30</i>
<i>Quadro XVIII - Dados do Programa 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União ...31</i>	<i>31</i>
<i>Quadro XIX - Dados Gerais da Operação Especial 0181.....</i>	<i>31</i>
<i>Quadro XX - Execução Financeira da Operação Especial 0181 realizada pela Unidade</i>	<i>32</i>
<i>Quadro XXI - Execução Física das Ações realizadas pela UJ.....</i>	<i>32</i>
<i>Quadro XXII - Unidades Orçamentárias responsáveis pela programação da Unidade</i>	<i>33</i>
<i>Quadro XXIII - Despesas Por Modalidade De Contratação Dos Créditos Recebidos Por Movimentação – UG 200374.....</i>	<i>34</i>
<i>Quadro XXIV- Despesas Por Modalidade De Contratação Dos Créditos Recebidos Por Movimentação – UG 200375</i>	<i>34</i>

<i>Quadro XXV - Despesas correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos – UG 200374</i>	<i>35</i>
<i>Quadro XXVI - Despesas Correntes Por Grupo e Elemento De Despesa Dos Créditos Recebidos Por Movimentação – UG 200375</i>	<i>36</i>
<i>Quadro XXVII - Despesas De Capital Por Grupo E Elemento De Despesa Dos Créditos Recebidos Por Movimentação – 200374</i>	<i>37</i>
<i>Quadro XXVIII - Despesas De Capital Por Grupo E Elemento De Despesa Dos Créditos Recebidos Por Movimentação – 200375</i>	<i>37</i>
<i>Quadro XXIX – Indicadores de desempenho da UJ sob a perspectiva financeira.....</i>	<i>42</i>
<i>Quadro XXX – Situação Dos Restos A Pagar De Exercícios Anteriores – UG – 200374.....</i>	<i>45</i>
<i>Quadro XXXI – Situação Dos Restos A Pagar De Exercícios Anteriores - UG – 200375.....</i>	<i>45</i>
<i>Quadro XXXII - Composição do Quadro de Recursos Humanos.....</i>	<i>46</i>
<i>Quadro XXXIII – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ</i>	<i>46</i>
<i>Quadro XXXIV – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ.....</i>	<i>47</i>
<i>Quadro XXXV – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária</i>	<i>47</i>
<i>Quadro XXXVI – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade</i>	<i>47</i>
<i>Quadro XXXVII – Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....</i>	<i>48</i>
<i>Quadro XXXVIII - Quadro de Instituidores de Pensão</i>	<i>48</i>
<i>Quadro XXXIX - Composição do Quadro de Estagiários na UJ</i>	<i>49</i>
<i>Quadro XL - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores.....</i>	<i>50</i>
<i>Quadro XLI - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....</i>	<i>51</i>
<i>Quadro XLII - Contratos De Prestação De Serviços Com Locação De Mão De Obra.....</i>	<i>52</i>
<i>Quadro XLIV - Declaração do Responsável pela Área de Contratos</i>	<i>55</i>
<i>Quadro XLIV – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR.....</i>	<i>56</i>
<i>Quadro XLV – Estrutura De Controles Internos Da UJ.....</i>	<i>57</i>
<i>Quadro XLVI - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis</i>	<i>59</i>
<i>Quadro XLVII - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União</i>	<i>61</i>

<i>Quadro XLVIII - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros</i>	61
<i>Quadro XLIX - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da Unidade</i>	63
<i>Quadro L - Gestão de TI da UJ</i>	64
<i>Quadro LI – Despesas pagas com cartão de crédito corporativo por UG e por suprido</i>	66
<i>(Despesas de Pequeno Vulto)</i>	66
<i>Quadro LII – Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador</i>	67
<i>(Regime Especial de Execução)</i>	67
<i>Quadro LIII – Despesas de Pequeno Vulto Com Cartão de Crédito Corporativo –</i>	67
<i>(Série Histórica)</i>	67
<i>Quadro LIV – Relatório de cumprimento das Recomendações da CGU</i>	68
<i>Quadro LIV – Relatório de cumprimento das Recomendações da CGU</i>	69
<i>Quadro LIV – Relatório de cumprimento das Recomendações da CGU</i>	70
<i>Quadro LV - Declaração do Contador Responsável</i>	77

SUMÁRIO

SEÇÃO I.....	8
IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	8
SEÇÃO II	6
INTRODUÇÃO	6
ITEM 1 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	8
SEÇÃO III.....	10
DESENVOLVIMENTO.....	10
ITEM 2 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	10
2.1) Responsabilidades institucionais.....	10
2.1.1) Competência institucional	10
2.1.2) Objetivos estratégicos.....	10
2.2) Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais	12
2.2.1) Análise do andamento do plano estratégico da unidade em 2011.....	12
2.2.2) Análise do plano de ação referente ao exercício de 2011	13
2.3) Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade	14
2.3.1) Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ.....	14
2.4) Desempenho Orçamentário/Financeiro	33
2.4.1) Programação orçamentária da despesa	33
2.4.2) Execução Orçamentária da Despesa.....	34
2.4.2.1) Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ	34
2.4.2.2) Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela Unidade Jurisdicionada por Movimentação.....	34
2.4.2.2.1) Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação	34
2.4.3) Indicadores Institucionais da Unidade Jurisdicionada	39
2.4.3.1) Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais.....	40
2.4.3.2) Prazo Médio para Conclusão de Inquéritos Policiais.....	41
2.4.3.3) Indicadores de desempenho da execução orçamentário-financeira.....	42
2.4.3.4) Indicadores de arrecadação da UJ	44
ITEM 4 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	45
4.1) Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores.....	45
Análise Crítica	45
ITEM 5 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	46
5.1) Composição do Quadro de Servidores Ativos	46
5.2) Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....	48
5.3) Composição do Quadro de Estagiários	49
5.4) Demonstração dos custos de pessoal da UJ.....	49
5.5) Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada	51
5.5.1 – Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão	51
5.5.2 – Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão	52
5.6) Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos	54
ITEM 7 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	55
7. 1) Declaração sobre Contratos e Convênios – SIASG E SICONV	55
.....	55
ITEM 8 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	56
8. 1) Informações sobre declarações de bens e rendas	56
8. 2) Análise Crítica	56

ITEM 9 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	57
9.1) Estrutura de Controles Internos da UJ.....	57
ITEM 10 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	59
10.1) Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	59
ITEM 11 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	61
11.1) Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial.....	61
11.2) Análise Crítica Sobre a Gestão de Imobilizados sob Responsabilidade da Unidade Jurisdicionada.....	63
ITEM 12 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	64
12.1) Gestão de Tecnologia da Informação	64
ITEM 13 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	66
13.1) Despesas com Cartão de Crédito Corporativo	66
ITEM 15 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	68
15.1) Deliberações do TCU atendidas no exercício.....	68
15.2) Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício.....	68
15.3) Recomendações da CGU atendidas no exercício.....	68
ITEM 17 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	72
17.1) Outras informações consideradas relevantes pela UJ e dificuldades enfrentadas na gestão	72
17.2.1) Gestão com qualidade e perspectivas de melhorias futuras nos controles internos.....	74
17.2.2) Programa Carbono Neutro	75
17.2.3) Implantação do SPARK	75
ITEM 1 DA PARTE B – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO	77
1. Declaração do Contador Responsável	77
SEÇÃO IV	78
RESULTADOS E CONCLUSÕES.....	78
ANEXOS	80

SEÇÃO I

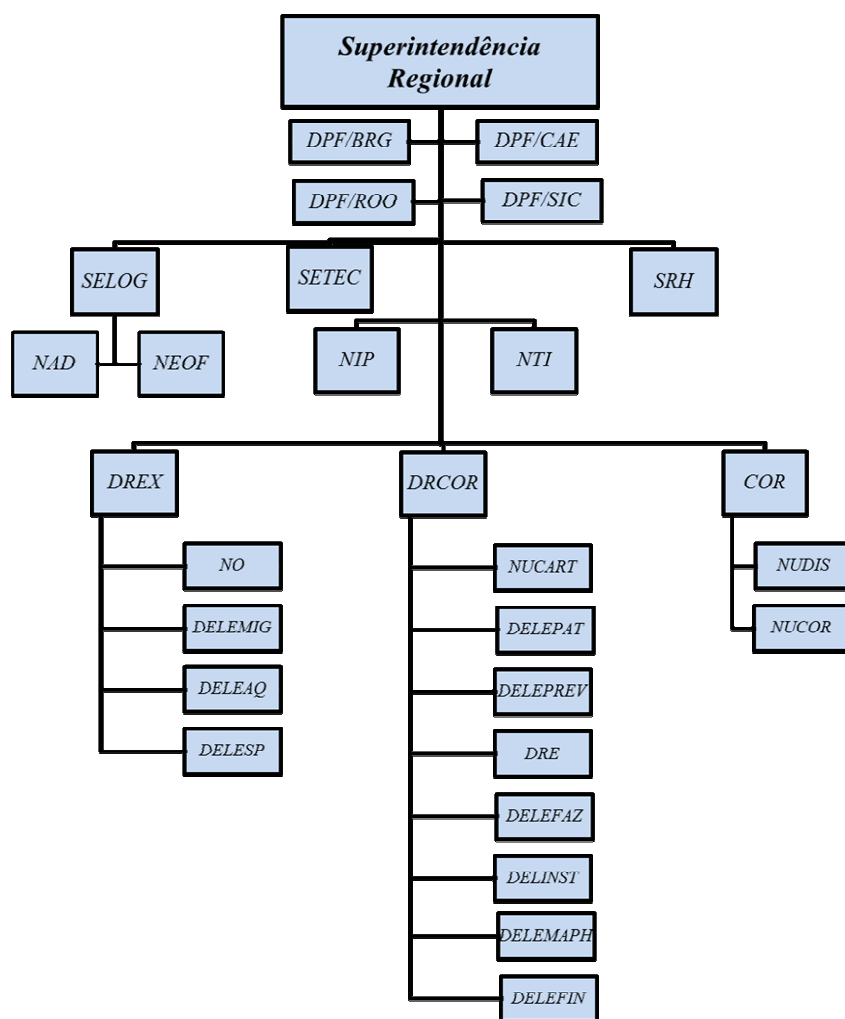
IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

A Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Mato Grosso conta com cinco Unidades Operacionais, distribuídas nas cidades de Cuiabá, Barra do Garças, Cáceres, Rondonópolis e Sinop onde estão instaladas a Sede da Superintendência e quatro Delegacias de Polícia Federal, respectivamente.

A Portaria MJ nº 2.877, de 30 de dezembro de 2011 regulamenta o Regimento Interno do Departamento de Polícia Federal, cujo organograma funcional é demonstrado a seguir:

ORGANOGRAMA FUNCIONAL DA SR/DPF/MT

I –



SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO - SR/DPF/MT:

- a) Núcleo de Inteligência Policial - NIP;
 - b) Núcleo de Tecnologia da Informação - NTI;
 - c) Setor de Recursos Humanos - SRH;
 - d) Setor Técnico-Científico - SETEC;
 - e) Setor de Administração e Logística Policial - SELOG:
 - 1. Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira - NEOF; e
 - 2. Núcleo Administrativo - NAD;
 - f) Delegacia Regional Executiva - DREX:
 - 1. Núcleo de Operações - NO;
 - 2. Delegacia de Polícia de Imigração - DELEMIG;
 - 3. Delegacia de Controle de Armas e Produtos Químicos - DELEAQ; e
 - 4. Delegacia de Controle de Segurança Privada - DELESP;
 - g) Delegacia Regional de Investigação e Combate ao Crime Organizado - DRCOR:
 - 1. Núcleo de Cartório - NUCART;
 - 2. Delegacia de Repressão a Crimes contra o Patrimônio e ao Tráfico de Armas - DELEPAT;
 - 3. Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários - DELEPREV;
 - 4. Delegacia de Repressão a Drogas - DRE;
 - 5. Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários - DELEFAZ;
 - 6. Delegacia de Defesa Institucional - DELINST;
 - 7. Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Meio-Ambiente e Patrimônio Histórico - DELEMAPH; e
 - 8. Delegacia de Repressão a Crimes Financeiros e Desvios de Recursos Públicos - DELEFIN;
 - h) Corregedoria Regional de Polícia Federal - COR:
 - 1. Núcleo de Disciplina - NUDIS; e
 - 2. Núcleo de Correições - NUCOR;
- II - DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM BARRA DO GARÇAS;
III - DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM CÁCERES;
IV - DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM RONDONÓPOLIS; e
V - DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM SINOP.

Conforme o organograma da SR/DPF/MT (Quadro I) e o Anexo XII do Regimento Interno do DPF (Portaria nº 2.877, do Ministério da Justiça, de 30 de dezembro de 2011) compõem a estrutura da Superintendência Regional, na sede, Delegacia de Polícia de Imigração - DELEMIG; Delegacia de Controle de Armas e Produtos Químicos – DELEAQ e Delegacia de Controle de Segurança Privada – DELESP, subordinadas à Delegacia Regional Executiva – DREX; Delegacia de Repressão a Crimes contra o Patrimônio e ao Tráfico de Armas - DELEPAT; Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários - DELEPREV; Delegacia de Repressão a Drogas - DRE; Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários - DELEFAZ; Delegacia de Defesa Institucional - DELINST; Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Meio-Ambiente e Patrimônio Histórico – DELEMAPH e Delegacia de Repressão a Crimes Financeiros e Desvios de Recursos Públicos – DELEFIN, subordinadas à Delegacia Regional de Investigação e Combate ao Crime Organizado – DRCOR.

Compõem ainda a estrutura dessa Unidade Jurisdicionada as Delegacias, Setores e Núcleos detalhados a seguir:

GABINETE SR/DPF/MT

- a) Núcleo de Inteligência Policial - NIP;
- b) Núcleo de Tecnologia da Informação - NTI;
- c) Setor Técnico-Científico - SETEC;
- d) Setor de Recursos Humanos - SRH;
- e) Setor de Administração e Logística Policial - SELOG:
 - 1. Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira - NEOF; e
 - 2. Núcleo Administrativo - NAD;
- f) DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM CÁCERES
- g) DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM SINOP
- h) DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM RONDONÓPOLIS
- i) DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM BARRA DO GARÇAS

DELEGACIA REGIONAL EXECUTIVA – DREX

- a) Núcleo de Operações - NO;

DELEGACIA REGIONAL DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO – DRCOR

- a) Núcleo de Cartório - NUCART;

CORREGEDORIA – COR

- a) Núcleo de Correições - NUCOR
- b) Núcleo de Disciplina – NUDIS

De acordo com o artigo 20 do Regimento Interno do Departamento de Polícia Federal, compete às Superintendências Regionais do DPF, na sua área de atuação, entre outras atribuições: I - planejar, dirigir, supervisionar, coordenar, orientar, fiscalizar e avaliar a execução das atividades, ações e operações correlatas à atuação da Polícia Federal; II - administrar as Unidades sob sua subordinação, em consonância com as normas legais vigentes e com as diretrizes emanadas das Unidades Centrais; III - propor diretrizes específicas de prevenção e repressão aos crimes de atribuição do Departamento, a fim de subsidiar o planejamento operacional das Unidades Centrais; IV - executar operações policiais integradas com as Unidades Centrais, relacionadas à repressão uniforme dos crimes de atribuição do Departamento; V - apoiar as Unidades Centrais nas inspeções às suas unidades, dispondo dos meios e das informações necessárias; VI - promover estudos e dispor de dados acerca das ações empreendidas, e consolidar relatórios de avaliação de suas atividades, com vistas a subsidiar o processo de gestão das Unidades Centrais; e VII - adotar ações de controle e zelar pelo uso e manutenção adequada dos bens imóveis, equipamentos, viaturas, armamentos e outros materiais sob guarda da Superintendência.

O artigo 41 do Anexo I da Portaria supra estabelece que as Superintendências Regionais são subordinadas administrativamente ao Diretor-Geral e vinculadas técnica e normativamente às Unidades Centrais. As atribuições do Superintendente Regional encontram-se previstas no art. 35.

Conforme o art. 37 do Regimento Interno do DPF, aos chefes de Delegacias incumbe, entre outras atribuições: planejar, coordenar, controlar, fiscalizar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação; cumprir e fiscalizar o cumprimento das normas e diretrizes específicas emanadas das unidades centrais, orientadoras das ações policiais e administrativas, na sua área de atuação; propor, implementar e fiscalizar a execução de planos e projetos de trabalho específicos; submeter à decisão do Superintendente

Regional os recursos interpostos contra indeferimento de abertura de inquérito policial, arquivamento de denúncias ou representações para instauração de procedimentos administrativos disciplinares; bem como promover e manter atualizado o controle estatístico referente às incidências criminais, à eficiência e eficácia de suas ações, para subsidiar decisões das Superintendências Regionais e unidades centrais.

SEÇÃO II

INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão do exercício 2011 tem por objetivo apresentar a análise do desempenho institucional e da gestão orçamentária e financeira da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Mato Grosso (SR/DPF/MT), de acordo com a Instrução Normativa TCU nº 63/2010, a Decisão Normativa TCU nº 108/2010, a Portaria TCU nº 123/2011 e as orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 2546/2010).

O conteúdo geral deste Relatório está estruturado de forma seqüencial, segundo os itens a relacionados na parte A (conteúdo geral, com dezessete itens) e na parte B (informações contábeis da gestão, com um item) do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 108/2010.

Os quadros referentes à programação orçamentária originária das despesas, previstos na Portaria TCU nº 123/2011, são realizados apenas pela Coordenação de Orçamentos e Finanças do DPF e não foram incluídos no presente Relatório. A SR/DPF/MT opera apenas na execução orçamentária de créditos recebidos por movimentação. O quadro II.C.2, assim como os demais quadros previstos na parte C do Anexo II à Decisão Normativa TCU nº 108/2010, constarão no Relatório de Gestão do órgão central ao qual esta Unidade se vincula, posto que os dados sobre previsão física e financeira inicial dos Programas e Ações, percentagem de execução, comentários gerais e demais informações são preenchidas pelo gerente de cada Programa, conforme informações requeridas no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPLAN). As informações e quadros (A.5.9, A.5.10 e A.5.11) sobre terceirização de cargos no DPF também serão respondidos de forma centralizada.

Os itens 3, 14 e 16 da Parte A, 2 a 4 da parte B, 1 a 38 da parte C e a Parte D do Anexo II da DN TCU nº 108/2010 não se aplicam à natureza jurídica desta Superintendência Regional. Convém salientar que a SR/DPF/MT não realiza transferência de recursos mediante convênio, termos de cooperação, contratos de repasse ou outros instrumentos congêneres, posto que tal atribuição é privativa do Órgão Central do Departamento de Polícia Federal.

As principais realizações da gestão, no exercício de 2011, consistiram no combate à criminalidade na sua circunscrição, sendo realizadas diversas operações policiais de combate ao crime organizado, ao tráfico de drogas e armas, à lavagem de dinheiro, ao contrabando e descaminho, entre outros. Foram ações de prevenção e repressão desenvolvidas no sentido de preservar os bens, serviços e interesses da União.

Cabe ressaltar que o Estado de Mato Grosso ocupa uma área de 903 357 km², e é composto por 140 (cento e quarenta) municípios, sendo 40 (quarenta) na circunscrição da sede desta Regional e 100 (cem) na circunscrição das Delegacias do interior, conforme a Portaria nº 2099/2011-DG/DPF.

Foram priorizadas na SR/DPF/MT, em 2011, ações de combate ao crime organizado, ao tráfico de entorpecentes e ao contrabando. As principais dificuldades para realização dos objetivos dessa Unidade Jurisdicionada recaíram, em geral, nas limitações orçamentárias, a exemplo do Decreto nº 7446/2011, estabelecendo limites e procedimentos para empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção no exercício de 2011, cujos impactos repercutiram, sobretudo, nas áreas de atuação institucional.

Os planos e projetos para o exercício de 2012 perpassam por medidas de otimização dos controles internos, visando racionalizar os recursos disponíveis, evitando-se o cometimento de impropriedades gerenciais, bem como pela melhor estruturação das Delegacias, núcleos, setores e demais unidades desta Regional, assegurando mais equipamentos e pessoal, buscando prover condições de trabalho mais adequadas, para o cumprimento das suas missões.

ITEM 1 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

Quadro I – Identificação da Unidade Jurisdicionada – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça			Código SIORG: 316
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Mato Grosso			
Denominação abreviada: SR/DPF/MT			
Código SIORG: 01148	Código LOA: Não se aplica	Código SIAFI: 200374	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública			Código CNAE: 8424-8/00
Telefones/Fax de contato:	(65) 3614 5600	(65) 3614 5665	(65) 3614 5602
Endereço eletrônico: gab.srmt@dpf.gov.br			
Página da Internet: http://www.dpf.gov.br/institucional/pf-pelo-brasil/mato-grosso			
Endereço Postal: Av. Rubens de Mendonça, nº. 1205, bairro Araés, Cuiabá-MT, CEP: 78.008-000			
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
<p>- Art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988</p> <p>- Criação da SR/DPF/MT: Port. 087, de 24/01/79, DOU. 20 de 29/01/79 ¹.</p> <p>- Criação de DAS: Dec. 77.649, de 19/05/76, DOU. 097, de 20/05/76</p> <p>FUNAPOL: - Lei Complementar 89, de 18.02.1997.</p>			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
<p>- Decreto nº 6.061, de 15.03.2007.</p> <p>- Portaria nº 2.877/MJ, de 30.12.2011, que aprovou o Regimento Interno.</p> <p>- Instrução Normativa nº 13/DG-DPF, de 15.06.2005.</p>			
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas			
<p>- Publicação da Carta de Serviços ao Servidor, disponível em meio eletrônico (intranet.dpf.gov.br/srmt), a partir do dia 16 de novembro de 2011, aniversário da Polícia Federal. O referido instrumento foi publicado a fim de promover a divulgação dos serviços mais relevantes prestados ao público interno pela área de recursos humanos da PF, bem como proporcionar conhecimento dos demais serviços e processos disponíveis dentro do órgão que são de interesse do servidor. A iniciativa facilitará o acesso do usuário e aumentará a transparência na prestação dos serviços. A Carta de Serviços ao Servidor é uma ferramenta de gestão fornecida no âmbito do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GesPública.</p>			
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		

200374	Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Mato Grosso (Tesouro)
200375	Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Mato Grosso (Funapol)
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
00001	Tesouro Nacional
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
200374	00001
200375	00001

¹ - Criada como Posto pela Port. 259, de 29/02/68, BS. 028 de 08/03/68. Elevada para Divisão pela Port. 1.544, de 11/12/72, BS. 235, de 12/12/72. Extinta como Divisão pela Port. 827, de 25/10/79, BS. 208, de 30/10/79. Criada como Superintendência Regional pela Port. 087, de 24/01/79, DOU. 20, de 29/01/79. Ativada como Superintendência Regional através da Port. 827, de 25/10/79, BS. 208, de 30/10/79, quando da extinção da Divisão de Polícia Federal sediada em Cuiabá.

SEÇÃO III

DESENVOLVIMENTO

ITEM 2 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

2.1) Responsabilidades institucionais

2.1.1) Competência institucional

O Departamento de Polícia Federal é um órgão do Ministério da Justiça, que tem suas raízes na Intendência Geral da Polícia da Corte do Estado do Brasil de Dom João VI de 1808, a qual foi posteriormente transformada em Departamento Federal de Segurança Pública, Decreto-Lei 6378/44, tomando a sua atual constituição por meio do Decreto-Lei nº 200/1967, e faz parte, portanto, da administração direta do Governo Federal. A Polícia Federal é representada nos Estados por suas Superintendências, que executam suas receitas, como unidades gestoras, a exemplo da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em Mato Grosso.

As atribuições da Polícia Federal estão previstas na Constituição Federal, sendo um dos agentes responsáveis pela segurança pública nacional devendo atuar na preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público. Mais especificamente, a Polícia Federal deve “apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; e exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.” (art. 144, parágrafo §1º, inciso I, Constituição Federal).

Dessa forma, a Polícia Federal apura os crimes contra o meio ambiente, contra a ordem tributária, contra o Sistema Financeiro de Habitação, contra a Previdência Social, contra os serviços postais, contra a organização do trabalho, contra os índios, contra os direitos humanos, os crimes eleitorais, de genocídio, de tráfico ilícito de drogas, dentre outros.

Cabe, ainda, à Polícia Federal às seguintes atribuições: Controle Migratório (Lei nº 6.815/1980 - Estatuto do Estrangeiro); Controle de Armas (Lei nº 10.826/2003 - SINARM); Controle de Empresas de Segurança Privada (Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995); Controle de Precursores Químicos - que possam ser utilizados no preparo de substâncias entorpecentes (Lei nº 10.357/2001); Segurança de Dignitários - oficiais e autoridades estrangeiras (Lei nº 4.483/1964); Identificação Criminal e Civil (Lei nº 4.483/1964); Segurança ao Patrimônio da União coibindo turbação ou esbulho possessório (Lei nº 10.683/2003); Serviço de Estatística Criminal (Código de Processo Penal); Controle de Conflitos Fundiários (Decreto nº 5.834/2004); Representação Externa – INTERPOL (Lei nº 4.483/1964), e Proteção às Testemunhas (Lei 9.807/1999).

Assim, a Superintendência de Regional do DPF em Mato Grosso exerce todas as atividades supracitadas, direta ou indiretamente, no âmbito de sua circunscrição.

2.1.2) Objetivos estratégicos

Primeiramente, cumpre esclarecer que o Departamento de Polícia Federal tem seu planejamento estratégico baseado no modelo de cenários prospectivos. Considerando a revisão do Plano Estratégico de 2007/2022, de modo a adequá-lo à nova realidade de gestão estratégica, a partir da publicação da Portaria nº 1735/2010-DG/DPF, de 03/11/2010, foi aprovada a revisão do planejamento estratégico da Polícia Federal, para o período de 2010-2022, ora representado por três instrumentos:

- Plano Estratégico, composto por:
 - I - Histórico;
 - II - Negócio;
 - III - Missão;
 - IV - Visão;
 - V - Valores;
 - VI - Fatores Críticos de Sucesso;
 - VII - Políticas Corporativas;
 - VIII - Macro Objetivos;
 - IX - Objetivos Institucionais; e
 - X - Ações Estratégicas.

- Portfólio Estratégico, que servirá como base para a estruturação, elaboração e consolidação dos Planos Plurianuais da Polícia Federal, é composto de:
 - I - Objetivos Institucionais; e
 - II - Ações Estratégicas.

- Mapa Estratégico, composto de:
 - I - Missão;
 - II - Visão;
 - III - Perspectivas;
 - IV - Macro Objetivos;
 - V - Objetivos Institucionais, de forma destacada, contendo a síntese de seus descritores; e
 - VI - Síntese das Ações Estratégicas, dispostas conforme sua vinculação aos respectivos Objetivos Institucionais.

As Perspectivas acima referidas (inciso III) devem ser compreendidas na seguinte ordem:

- I – Orçamento e Finanças;
- II – Aprendizado e Crescimento;
- III – Processos Internos; e
- IV – Clientes e Resultados.

Nesse sentido, para efeito do presente Relatório de Gestão, é oportuno elencar os Objetivos Institucionais vigentes, previstos no planejamento estratégico:

a) Fortalecer a cultura de gestão estratégica

Implantar uma cultura permanente de gestão estratégica no âmbito da Polícia Federal, em busca da eficácia, eficiência e efetividade de seus serviços e atividades.

b) Valorizar o Servidor

Estabelecer e implantar estratégias de avaliação do mérito e valorização do pessoal, motivando todas as categorias de servidores e agregando valores de maneira a formar um grupo coeso e permanente.

- c) **Reduzir a Criminalidade**
Reduzir a atuação da criminalidade organizada, aprimorando e modernizando constantemente as técnicas investigativas, em todos os segmentos de atuação.
- d) **Promover a Cidadania**
Promover o reconhecimento formal de direitos e deveres na vida cotidiana dos indivíduos, por meio da divulgação e fortalecimento das ações de polícia administrativa no território brasileiro e suas fronteiras.
- e) **Incrementar os Acordos e Parcerias**
Promover, consolidar, regular e oficializar parcerias estratégicas, em âmbito nacional e internacional, de maneira a conferir respaldo e legitimidade às ações operacionais, de inteligência, de treinamento, de transferência de tecnologia, entre outras.
- f) **Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais**
Modernizar a gestão do patrimônio e dos recursos materiais da instituição, aperfeiçoando o seu emprego e utilização.
- g) **Consolidar a Governança em Tecnologia da Informação**
Estruturar as práticas, padrões, processos, recursos e relacionamentos na área de Tecnologia da Informação, aprimorando seus serviços e agregando valor à instituição.
- h) **Integrar o Orçamento ao Planejamento Estratégico**
Vincular a proposta orçamentária da Polícia Federal ao seu planejamento estratégico, de maneira a dispor de um plano orçamentário sustentável que permita adequar qualitativa e quantitativamente os recursos financeiros ao cumprimento de sua missão.

2.2) Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais

2.2.1) Análise do andamento do plano estratégico da unidade em 2011

A Superintendência Regional do DPF em MT atua cumprindo suas atribuições legais, seguindo as diretrizes da Unidade Central, Diretorias e Coordenações, em conformidade com o planejamento Estratégico da Polícia Federal para o período 2010-2022. Em conjunto com outras unidades policiais do DPF e demais forças, órgãos de governo das três esferas, esta Regional busca ações coordenadas. As Delegacias Descentralizadas no Estado operam em consonância com a Superintendência em Cuiabá e integradas entre si, no que diz respeito aos meios e assuntos de interesse das operações desencadeadas e que ultrapassam as circunscrições dessas Delegacias. Da mesma forma, a SR/DPF/MT opera com as Unidades Centrais e outras Superintendências do DPF.

Por sua localização e fronteira com a Bolívia, além da proximidade com o Paraguai, criminosos tentam utilizar o estado como rota para diversos crimes. Contrabando e descaminho, tráfico de entorpecentes e produtos químicos controlados foram combatidos com operações específicas e em conjunto com as Superintendências do Paraná, Mato Grosso do Sul, Rondônia entre outras, tendo em vista que as drogas consumidas em MT passam por esses estados.

Seguindo as diretrizes da Direção-Geral para o exercício de 2011, as ações previstas na Lei Orçamentária Anual, bem com a missão e a visão de futuro da instituição, a Superintendência Regional do DPF em Mato Grosso atuou fortemente no combate à criminalidade na sua circunscrição, tendo realizado diversas operações policiais de combate ao crime organizado, ao contrabando e descaminho, ao tráfico de drogas e armas, ações contra abigeato, fraude a licitações, lavagem de dinheiro, entre outros delitos.

O atendimento ao cidadão mereceu especial atenção, com esforços voltados para aperfeiçoar os meios para a obtenção de passaportes e certidões, em prazos mais curtos, bem como assegurar melhorias na recepção dos aeroportos, postos de fronteira e no atendimento a estrangeiros. Prosseguiu-se a campanha do desarmamento, sendo recebidos diversos tipos de armas, efetuando-se cadastro e confecção de registros e portes.

2.2.2) Análise do plano de ação referente ao exercício de 2011

Ressaltam-se, em breve síntese, algumas das Operações de caráter permanente instituídas pelo órgão Central, atendendo ao seu Plano Estratégico de médio e longo prazo: a Operação Sentinela, objetivando prevenir e reprimir crimes transnacionais com o país vizinho, Bolívia, limítrofe com o Mato Grosso e a Operação Arco de Fogo, com foco à repressão desmatamento ilegal em regiões da Amazônia e crimes contra a fauna e flora brasileiras.

Desde maio de 2010, tem sido intensificada a fiscalização nas fronteiras da Região, por meio da Operação Sentinela, realizada inicialmente em conjunto com a Polícia Rodoviária Federal. A Operação Sentinela intensificou o controle, a fiscalização e o trabalho de inteligência na fronteira e ingressou em seu novo ciclo no Estado, a 10 de junho de 2011, integrando o Plano Estratégico de Fronteiras, lançado no dia 08 de junho de 2011 pelo Governo Federal, prevendo a comunhão de forças dos Ministérios da Justiça e da Defesa.

Assim, ao longo de 2011, o trabalho integrado da SR/DPF/MT com a Polícia Rodoviária Federal, Polícia Militar, o Grupo Especial de Fronteira – GFron, Ibama, demais órgãos policiais e fiscalizadores e Exército, resultou na prisão em flagrante de 94 pessoas, além e nas apreensões discriminadas no quadro:

Operação Sentinela	
Resultados de 2011	
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL DIRETORIA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO SERVIÇO DE APOIO TÉCNICO	
TIPO DE PROCEDIMENTO	TOTAL
Termo Circunstanciado de Ocorrência	1
Barreira Policial	534
Mandados de busca e apreensão cumpridos	5
Mandados de prisão cumpridos	8
Inquéritos Policiais instaurados	69
Autos de prisão em flagrante lavrados	63
Pessoas presas em flagrante	92
Veículos vistoriados	27455
Embarcações vistoriadas	2
Pessoas vistoriadas	33541

PESSOAS PRESAS	94
Maconha (g)	141000
Cocaína pasta base (g)	897.824
Cigarros (pacotes)	24
Agrotóxicos (Kg)	87
Armas	2
Munições	4845
Dinheiro Apreendido (reais)	76011,7
Dinheiro Apreendido (dólares)	287652
Dinheiro Apreendido (pesos bolivianos)	575
Veículos, Aeronaves e Embarcações Apreendidos.	45

Fonte: DRCOR/SR/DPF/MT – 2011

Foi dada continuidade à política de realizar ações conjuntas e a interlocução com outros Órgãos do Governo na esfera Federal, Estadual e Municipal. Assim, foram desenvolvidos trabalhos de inteligência, troca de informações e experiências, além das operações propriamente ditas, o que possibilitou êxito de diversos trabalhos desencadeados.

2.3) Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade

2.3.1) Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

Seguem adiante quadros demonstrativos contendo análise pormenorizada dos dados referentes à execução de Programas e Ações de Governo sob responsabilidade desta Unidade Jurisdicionada.

2.3.1.1 – Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade

No âmbito das ações finalísticas voltadas à redução da criminalidade, mediante a repressão ao tráfico de drogas, de armas e à lavagem de dinheiro, bem como ações de combate à corrupção e ao crime organizado, entre outras, por parte da Polícia Federal, houve execução orçamentária de ações do Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade.

Quadro II - Dados do Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade e suas Ações

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 0062	Denominação: Prevenção e Repressão à Criminalidade e suas Ações
Tipo do Programa: Finalístico	
Objetivo Geral: Modernizar, fortalecer e integrar as instituições de Segurança Pública e Justiça	
Objetivos Específicos: Reduzir a criminalidade, intensificando o combate às organizações criminosas e aos crimes sob a competência da União	

Gerente: Não informado						
Responsável pelo Programa na UJ: César Augusto Martinez						
Público-alvo (beneficiários): Sociedade						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
Não se Aplica*		5.335.247,61	5.281.447,61	53.800,00	5.281.447,61	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Taxa de Conclusão de IPLs na SR/DPF/MT (capital)	31/12/2006	63,60	80	120	99%
2	Taxa de Conclusão de IPLs da UJ (MT)	31/12/2006	63,60	80	120	105%
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Metodologia: Relação percentual entre o número de inquéritos policiais concluídos em todas as unidades operacionais da Unidade Jurisdicionada no exercício de 2011 e o total de inquéritos policiais instaurados nessas unidades em 2011 (Índice divulgado pela Corregedoria Geral /DPF). Quanto maior o índice (superior a 80%), melhor.						
Análise do Resultado Alcançado:						
Todos os esforços são dirigidos para manter o índice acima dos 100% na UJ, para que se mantenha uma trajetória descendente no índice de inquéritos em andamento, o que vem se repetindo nos últimos anos. Apesar do índice ligeiramente abaixo da meta prevista para o ano, manteve-se o número positivo no cumprimento do percentual, ou seja, mais demandas antigas de inquérito foram atendidas. A queda em relação ao índice previsto deu-se em função da remoção de quantidade significativa do efetivo após o concurso de remoções do DPF. As ações de correção, melhoria e adequação dos processos, e o esforço da Administração foram os fatores decisivos para que não houvesse maior queda da produtividade apesar da saída significativa de servidores. Desta forma, na média global, o índice foi superior a 80% em todas as unidades operacionais da UJ, demonstrando aumento da trajetória descendente no número total de inquéritos e o devido cumprimento das metas estabelecidas no Plano Plurianual 2008-2011.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
3	Tempo médio para a conclusão de IPLs na UJ (Flagrante)	01/01/2006 a 31/12/2006	79	70	70	48
4	Tempo médio para a conclusão de IPLs na UJ	01/01/2006 a	79	70	70	341

	(Portaria)	31/12/2006			
Fórmula de Cálculo do Índice:					
<p>Relação percentual entre o número de inquéritos policiais concluídos em todas as unidades operacionais do órgão e o total de inquéritos policiais instaurados (Índice divulgado pela Corregedoria Geral /DPF). Os números refletem o tempo MÉDIO, em dias, que as autoridades levaram para concluir os IPL's da unidade, desde a instauração até o relatório (excluem-se as cotas).</p> <p>Metodologia: O tempo para conclusão do IPL da unidade, em determinado ano, é a data do relatório subtraída da data da instauração, menos os períodos de movimentação externa. Quanto menor o índice, melhor.</p>					
Análise do Resultado Alcançado:					
<p>O indicador supra não possibilita apurar a realidade do que ocorre, pois dependendo da complexidade dos procedimentos e investigações, um inquérito pode demandar mais tempo, em face de outro, que por ser mais simples, é instaurado e relatado num prazo bem menor, não permitindo uma exata mensuração da produtividade. O índice foi previsto para o Órgão, de forma global.</p> <p>Por essa e outras razões, este indicador de desempenho não foi mais considerado no PPA 2012-2015. Na média global da UJ, os índices atingidos no exercício de 2011 pela UJ foram positivos, posto que inferiores aos índices do ano anterior, demonstrando esforços na redução do tempo médio para a conclusão de inquéritos. Houve aumento do tempo médio de 315 para 341 dias, quando da instauração de IPL por Portaria e do tempo médio de 45 para 48 dias, quando da instauração de IPL por Flagrante. Entretanto, o aumento observado foi proporcionalmente inferior à quantidade de servidores removidos.</p>					
Código	Tipo ¹	Descrição da Ação			
2679	A	Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precusores Químicos			
2720	A	Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública			
2726	A	Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União			
4572	A	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.			

Fonte: Corregedoria Geral (SINPRO)/DPF e SIGPLAN

*As Superintendências Regionais do DPF operam apenas na execução orçamentária e financeira das ações. Não há dotação orçamentária específica por Programa. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

Análise Crítica

Em 2011, na Unidade Gestora Funapol, o Departamento de Polícia Federal teve sob sua responsabilidade, direta em suas atividades finalísticas, previstas no Plano Plurianual (PPA) 2008-2011, essencialmente, o seguinte programa de governo: Prevenção e Repressão à Criminalidade (0662). Esse Programa abrange atividades de: sistema de emissão de passaporte e de controle do tráfego internacional, fiscalização e controle de empresas de produção, transporte e comércio de precusores químicos; ações de caráter sigiloso na área de segurança pública; prevenção e repressão a crimes praticados contra bens, serviços e interesses da União; e capacitação de seus servidores em processo de qualificação e requalificação.

Houve também execução orçamentária do Programa de Apoio Administrativo (0750), que representa a maior parte dos recursos administrados pela SR, abrangendo a administração da Unidade, nela incluindo as atividades afins à área, considerando a terceirização de serviços de

¹ Tipo de Ação: A – Atividade; P – Projeto; OP – Operação Especial

limpeza, vigilância, recepcionistas, custeio de aluguéis, aquisição de bens permanentes e de material de consumo.

Esta Superintendência, por meio da Unidade Gestora Tesouro, executou também dos Programas de Apoio Administrativo (0750) e da Previdência de Inativos e Pensionistas da União (0089). Ressalta-se que a percentagem das despesas liquidadas no Programa 0750 correspondeu a apenas 0,10% pela Unidade Gestora Funapol e 99,90% pela Unidade Gestora Tesouro, de maneira que serão apresentados no quadro demonstrativo próprio adiante, os valores consolidados da execução desse Programa.

Com relação ao Programa 0750, por se tratar de Programa de Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais, voltado aos serviços típicos da Administração, ao planejamento, à coordenação, à avaliação ou ao controle de programações finalísticas, resultando em bens ou serviços ofertados à própria Administração, composto inclusive por despesas de natureza tipicamente administrativas, não são gerados resultados passíveis de aferição por indicadores no SIGPLAN. O Programa 0089 também não possui indicadores ou responsáveis locais e são acompanhados pelo Órgão Central.

Eventos negativos e positivos que prejudicaram ou facilitaram a execução dos Programas de Governo, bem como informações adicionais sobre o desempenho da SR/DPF/MT, encontram-se nos itens 2.4.2.2.3 e 17 do presente Relatório de Gestão.

2.3.1.1.1 – Ação 2586 - Sistema de Emissão de Passaporte e de Controle do Tráfego Internacional

Quadro III - Dados Gerais da Ação 2586

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Criar mecanismos de segurança a serem aplicados na confecção de passaportes, visando inviabilizar as ações de falsificação desses documentos.
Descrição	Aparelhamento técnico e operacional da Coordenação-geral de Polícia de Imigração e das Unidades Descentralizadas do Departamento de Polícia Federal DPF, no sentido de implantar novos mecanismos de segurança na confecção de documentos de viagem para evitar falsificações, atendendo às normas da Organização de Aviação Civil Internacional OACI/ONU e modernizar o controle do tráfego internacional por meio de fiscalização mecânica e eletrônica desses documentos.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Antonio Carlos Floriano Lessa
Produto (unidade de medida)	Passaporte Emitido (unidade)

Quadro IV - Execução Financeira da Ação 2586 realizada pela Unidade

Ação	Despesas Empenhadas (R\$)	Despesas Liquidadas (R\$)	Restos a pagar não processados (R\$)	Valores Pagos (R\$)
2586	14.850,00	R\$ 0,00	14.850,00	R\$00,00

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Considerações

Dos 2.103.352 de passaportes emitidos em todo o país, 18.014 foram expedidos no Estado. A movimentação de estrangeiros é mais observada na região de Cáceres, divisa com Bolívia, onde se registram a maior parte de passageiros trabalhadores e turistas.

ATIVIDADES DA DELEMIG EM MATO GROSSO	2011
Passaportes expedidos em tempo normal	17858
Passaportes de urgência ou emergência	151
Passaportes expedidos para estrangeiros	5
Entrada de estrangeiros	1872
Saída de estrangeiros	1656
Expulsões	0
Deportações	0
Vistos Concedidos	0
	R\$
Valor arrecadado em taxas	3.104.440,02
Valor arrecadado em multas	R\$ 61.554,31
Repatriações	0
Extradições	0
Carteiras de estrangeiros (1ª e 2ª vias)	510
Carteiras de refugiados	9
Pedido de Permanência de Estrangeiro	132

Fontes: SINPA, SIAR e STI

2.3.1.1.2 – Ação 2679 - Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos

Quadro V - Dados Gerais da Ação 2679

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Promover ações de fiscalização e controle do uso de produtos químicos, utilizáveis na produção de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópica, não permitindo que sejam utilizados na produção de drogas.
Descrição	Realização de operações rotineiras e/ou emergenciais no sentido de prevenir, combater e debelar o desvio de finalidade na utilização de produtos químicos submetidos a controle, utilizáveis na produção de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópicas, como cocaína, heroína, LSD, entre outros. Realizar Controle Administrativo por meio do cadastramento e licenciamento das pessoas jurídicas e físicas com a emissão dos documentos de controle, além da recepção e processamento das informações relacionadas às atividades submetidas a controle no comércio interno e externo, bem como instauração de processos administrativos de infração visando à apuração de infrações previstas na Lei nº 10.357/01 e aplicação de sanções.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Divisão de Controle de Produtos Químicos/CGPRE/DCOR/DPF
Coordenador nacional da ação	Rodrigo Geraldo Aguiar de Avelar
Produto (unidade de medida)	Documento Emitido (unidade)

Fonte: SIGPLAN

Quadro VI - Execução Financeira da Ação 2679 realizada pela Unidade

Ação	Despesas Empenhadas (R\$)	Despesas Liquidadas (R\$)	Restos a pagar não processados (R\$)	Valores Pagos (R\$)
2679	21.324,86	21.324,86		21.324,86

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Considerações

A ação supra tem a finalidade de fiscalizar as organizações envolvidas com a cadeia produtiva que envolve precursores químicos e combater o comércio ilegal desses produtos.

Seguem adiante quadro com a relação de controle de produtos químicos apenas no âmbito da SR/DPF/MT

Controle de produtos químicos realizado pela DRE/SR/DPF/MT

ATIVIDADES DO CONTROLE DE QUÍMICOS EM MATO GROSSO	2011
Empresas Fiscalizadas	1
Cadastros Aprovados	56
Licenças Renovadas	135
Produtos Químicos Apreendidos (Líquido - L)	0
Produtos Químicos Apreendidos (Sólido - KG)	26
Valores Arrecadados - Taxas	43342,5
Valores Arrecadados - Multas	14745

Fonte: Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado – DRCOR/SR/DPF/MT

2.3.1.1.3 – Ação 2720 - Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública

Quadro VII - Dados Gerais da Ação 2720

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Planejar e executar operações de inteligência e de caráter sigiloso.
Descrição	Mobilização dos meios necessários e execução de operações policiais visando ao mapeamento, identificação e combate das organizações criminosas e suas ramificações, bem como as operações de correições disciplinares e de combate à corrupção interna.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Wellington Clay Porcino Silva
Produto (unidade de medida)	Ação realizada (unidade)

Fonte: SIGPLAN

Quadro VIII - Execução Financeira da Ação 2720 realizada pela Unidade

Ação	Despesas Empenhadas (R\$)	Despesas Liquidadas (R\$)	Restos a pagar não processados (R\$)	Valores Pagos (R\$)
2720	53.067,04	53.067,04	0,00	53.067,04

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Considerações

A ação 2720, que objetiva precipuamente, o fornecimento de meios e recursos para o planejamento e a execução de operações de inteligência e de caráter sigiloso no âmbito do DPF, foi implementada com êxito.

O valor executado nesta ação foi de R\$ 53.067,04 Em Mato Grosso, na execução de despesas referentes às ações de caráter sigiloso o controle é efetuado basicamente pelo Núcleo de Inteligência Policial (NIP) e predomina a utilização de Suprimento de Fundos, principalmente, em razão desta forma excepcional de execução da despesa que permite a manutenção do sigilo na consecução das ações de inteligência das respectivas operações policiais aprovadas e no pagamento de despesas diversas que exigem sua pronta quitação e não podem esperar o procedimento ordinário de execução, conforme previsão legal. Várias operações policiais fazem uso de recursos oriundos do Plano de Ação de Caráter Sigiloso.

Nesse sentido, durante o ano de 2011 foram realizadas diversas operações nos âmbitos de atuação do Departamento de Polícia Federal e suas diversas competências no campo de polícia repressiva e judiciária.

Cabe ressaltar que a utilização do suprimento sigiloso subsidia as ações de repressão ao tráfico de entorpecente, armas e combate à lavagem de dinheiro (no âmbito das Delegacias vinculadas à DRCOR), combate ao contrabando e ações prejudiciais ao meio ambiente (no âmbito das Delegacias vinculadas à DREX). No ano em tela, ocorreu também o fornecimento de suprimento de caráter sigiloso em apoio à denominada Operação Sentinela, ocorrida neste Estado.

2.3.1.1.4 – Ação 2726 - Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União

Quadro IX - Dados Gerais da Ação 2726

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Combater o contrabando e o descaminho, os crimes contra as propriedades intelectual e industrial (pirataria), os crimes cometidos por meio da rede mundial de computadores (cibernéticos), o tráfico de seres humanos, a exploração sexual infanto-juvenil e a pedofilia; reprimir o trabalho escravo; apurar conflitos agrários e fundiários; combater os crimes contra a previdência social, contra os direitos humanos, contra as comunidades indígenas e outros crimes contra bens, serviços e interesses da União, atuando de forma integrada com todas as áreas do Departamento e com os demais órgãos afins. Executar as medidas assecuratórias da incolumidade física de Representantes dos Poderes da República, Autoridades Brasileiras e Estrangeiras em visita ao Território Nacional.

	Fiscalizar e controlar empresas de segurança privada no país.
Descrição	Desenvolvimento de atividades de inteligência; mapeamento e ocupação de áreas; processamento de informações; execução de investigações, perícias, interrogatórios, acareações, reconstituições e de outras ações relevantes à elucidação de crimes; custeio de despesas com deslocamento de agentes; aquisição de equipamentos uso policial; dentre outros. Planejamento, coordenação e execução de operações e atividades voltadas para a garantia da integridade física de representantes dos Poderes da República, autoridades brasileiras e estrangeiras em visita ao Território Nacional. Concepção e implantação de um conjunto de iniciativas para fortalecimento do controle de armas de fogo e munição em todo o Território Nacional. Realizar operações de fiscalização voltadas para a implementação de um efetivo controle das atividades relacionadas à fabricação, importação, exportação, registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição no Território Nacional.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Claudio Ferreira Gomes
Produto (unidade de medida)	Operação realizada (Unidade)

Fonte: SIGPLAN

Quadro X - Execução Financeira da Ação 2726 realizada pela Unidade

Ação	Despesas Empenhadas (R\$)	Despesas Liquidadas (R\$)	Restos a pagar não processados (R\$)	Valores Pagos (R\$)
2726	2.908.564,66	2.908.564,66	0,00	2.908.564,66

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Considerações

O valor executado nesta ação foi de 2.908.564,66, sendo operacionalizada pelas delegacias DRCOR e DREX, com apoio técnico do SETEC e do Grupo de Identificação (NID).

No âmbito da DRCOR, cabe relatar:

- O contingenciamento dos recursos financeiros e orçamentários para o custeio de diárias dos servidores dificultou as ações policiais e algumas, inevitavelmente, restaram-se prejudicadas.
- Celebração do Acordo de Cooperação Brasil-Bolívia – aumento da fiscalização e investigações de inteligência na região da cidade de Cáceres/MT e intercâmbio entre os dois Países, visando cooperação mútua, treinamentos e trocas de informações no combate ao tráfico de drogas e armas, bem como viabilizar acordos de extradição de traficantes refugiados na Bolívia.

Em 2011, o volume de cocaína - principal droga circulante no estado, apreendida manteve o estado primeira posição entre as unidades que mais retiraram o entorpecente de circulação, demonstrando a eficiência do trabalho e mantendo o combate ao tráfico de entorpecentes como uma das áreas de maior atuação da PF nesse estado.

Foram apreendidas 5.063.420 quilos de cocaína em todo o Estado. Além disso, outros 806,11 quilos foram apreendidos em outros estados da Federação no procedimento chamado ação

controlada. Nesse caso, em que a investigação leva os policiais a aguardarem o melhor momento para a prisão a fim de localizar os chefes de quadrilhas especializadas e apreender maior volume de entorpecente.

Na atuação da PF em âmbito nacional as unidades trabalham em conjunto, com troca de informações, fornecimento de materiais que levam à apreensão de significativa quantidade de entorpecentes e prisões.

Nos trabalhos de ações controladas, a investigação corre em uma unidade, com apreensões e/ou prisões em flagrantes em outros estados da Federação. Neste tipo de ação, são mais comuns as apreensões de cocaína e maconha, as duas principais substâncias ilícitas encontradas no Estado.

Resultados de ações controladas em 2011:

UNIDADE RESPONSÁVEL	COCAINA – KG	MACONHA – KG
DRE/SR/DPF/MT	423,43	342,2
DPF/BRG/MT	62,23	86
DPF/CAE/MT	309,6	0
DPF/ROO/MT	10,85	85,449
DPF/SIC/MT	0	0
TOTAL	806,11	513,649

Fonte: SINDRE

Segundo dados da Coordenação Geral de Polícia de Repressão a Entorpecentes, o estado foi o que mais apreendeu cocaína em 2011.

No campo operacional, foram realizadas as seguintes 11 grandes operações especiais no combate ao tráfico de substâncias entorpecentes. Destacamos:

Recreio

Deflagrada em 11 de janeiro, foi a primeira operação de combate ao tráfico ilícito de substâncias entorpecentes. Quatro pessoas foram presas na data.

Brabo 2011

No sentido restrito, o conjunto de ações ocorridas entre os dias 27 de março a 01 de abril de 2011 tinham por objetivo o combate ao tráfico internacional de entorpecentes por meio de ações ostensivas em conjunto com a polícia boliviana. Amplamente considerada, a Operação Brabo 2011 teve como finalidade promover intensificação das ações policiais nos Estados do Mato Grosso, Mato Grosso Sul e Rondônia, os quais fazem fronteira com a Bolívia, visando reprimir os delitos transfronteiriços que são praticados ao longo da referida faixa de fronteira. Tendo em vista esta ampla ação de caráter tático/operacional na região fronteira, foram elencados, dentre outros, os seguintes objetivos mediatos: a) estabelecer estratégias locais e regionais que permitissem o controle das principais ocorrências delitivas na faixa de fronteira; b) envidar esforços visando identificar e desarticular os principais *modus operandis* utilizados pelas quadrilhas que atuam na faixa de fronteira; c) identificar possíveis locais de atuação do tráfico de drogas e dos delitos correlatos, bem como as rotas utilizadas para as práticas delitivas, procurando mapear os novos métodos de atuação utilizados com o escopo de driblar a metodologia empregada pelos órgãos estatais nas suas ações repressivas; e d) coletar informações que pudessem subsidiar o trabalho de

inteligência, diminuindo o dispêndio de recursos humanos e materiais necessários para combate da criminalidade local.

Balista

Deflagrada em 06 de abril, a operação teve várias linhas investigativas, entre as quais: combate a crimes de furto e roubo (principalmente de cargas de medicamentos e caixas eletrônicos), sequestro e tráfico ilícito de entorpecentes, praticados por quadrilha que operava a partir de Várzea Grande/MT.

Vinho Branco

Com foco no combate ao tráfico internacional de substâncias entorpecentes, cumpriram-se mandados judiciais no Brasil e na África do Sul, realizando-se, naquele país, 04 prisões em flagrante após o “estouro” de dois laboratórios de refino de cocaína em Johannesburgo. A operação foi deflagrada em 20 de maio.

Xadrez

Operação de combate ao crime de tráfico ilícito de substâncias entorpecentes comandado a partir de presídios de Itiquira/MT e Rondonópolis/MT, inclusive, com a participação de agentes prisionais, deflagrada em 27 de maio de 2011.

A Operação teve resultado judicial efetivo, quando da sentença condenatória publicada em 30 de março de 2012, com a condenação de 17 pessoas pelos crimes de tráfico de entorpecentes e associação para o tráfico.

Sentinela 2

Deflagrada em 10 de junho, tornou-se um dos focos de atuação da Polícia Federal e visa desenvolver atividades operacionais ostensivas de controle, fiscalização e inteligência policial em conjunto com equipes de policiais e servidores de outros órgãos, com vistas a aprimorar a prevenção e a repressão aos crimes transnacionais e praticados ao longo da fronteira do Estado de Mato Grosso com a Bolívia. Trata-se de uma operação conjunta envolvendo, sobretudo, a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal e a Força Nacional de Segurança.

Ainda em 2011, foram lavrados dezenas de Autos de Prisão em Flagrante Delito, os quais tramitam em Juízos diversos, com a prisão de grande número de traficantes e pessoas envolvidas com ilícitos diversos. Além disso, foi apreendida grande quantidade de substâncias entorpecentes (sobretudo cocaína, nas suas mais variadas formas de apresentação), armas de fogo e veículos, entre outros itens. As ações continuam a ser desenvolvidas.

"Pa Siba' are"

Deflagra da em 19 de agosto, e com a tramitação no Juízo da Vara Criminal da Comarca de Aragarças/GO. A Operação visava desarticular uma organização criminosa voltada ao tráfico interestadual de maconha e cocaína na região do Vale do Araguaia.

Noturnos

Em 30/09, a com mandados judiciais nos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Espírito Santo e Maranhão. Foi deflagrada nova operação para desarticular uma organização criminosa voltada ao tráfico internacional de cocaína.

BomJa

Visando desarticular uma organização criminosa voltada para o tráfico interestadual de pasta base de cocaína, distribuída, a partir de Barra do Garças/MT, para as cidades de Aragarças/GO, Bom Jardim/GO, Piranhas/GO e Luís Eduardo Magalhães/BA. A operação foi deflagrada em 07/10/2011.

Ouro Branco

Deflagrada em 27/10/2011, desarticulou uma organização criminosa voltada ao tráfico internacional de cocaína nos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e São Paulo.

Mahyah

Desarticulou uma organização criminosa voltada ao tráfico internacional de cocaína que atuava em 11 estados da Federação: Mato Grosso, Goiás, Tocantins, Pará, Minas Gerais, São Paulo, Bahia, Maranhão, Alagoas, Rio Grande do Norte e Piauí. A ação foi deflagrada em 25.11.2011

19 – Força Total 2

Com o objetivo de coibir o tráfico de drogas na cidade de Sapezal/MT; foi deflagrada 06/12/2011.

No ano de 2011, deu-se continuidade à Operação Sentinela, mediante a substituição freqüente das equipes na região fronteira. Em todas as fases, os trabalhos desenvolvidos ensejaram a execução de barreiras fixas e móveis na área de fronteira, otimizando a presença ostensiva. Inúmeros carros, ônibus e caminhões foram abordados e pessoas revistadas, diuturnamente e em horários distintos, justamente para surpreender possíveis traficantes. Além disso, diversas mercadorias sem documentação comprobatória de sua regular entrada no país foram apreendidas e, imediatamente, encaminhadas à Receita Federal para as providências pertinentes.

Os resultados práticos das ações da Operação Sentinela encontram-se em planilha no **Anexo IX**.

A Operação Sentinela recebeu ainda recursos oriundos diretamente do Ministério da Justiça, através do PRONASCI – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, cujo detalhamento encontra-se no item em referência.

Já no âmbito da Delegacia Regional Executiva – DREX é oportuno pontuar:

- Tal qual observado na Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado - DRCOR, o contingenciamento de recursos determinado pelo Governo Federal também atingiu DREX-SR/DPF/MT, limitando especialmente a realização de missões que demandavam gastos extraordinários e/ou viagens ao interior do estado e fora dele. A redução de recursos atingiu também as ações de polícia administrativa deflagradas por Delegacias vinculadas à DREX, reduzindo, sobretudo, o número de fiscalizações a bancos e empresas de segurança instaladas em zonas distantes daquelas onde estão estabelecidas as respectivas Delegacias. Contudo os impactos foram minimizados tanto na atuação de polícia judiciária quanto na de polícia administrativa mediante a reorganização operacional daquelas missões, ora abreviando-se o tempo de duração, ora priorizando a adoção de ações de maior impacto na criminalidade, ou daquelas cujo adiamento poderia comprometer a eficiência e eficácia do trabalho policial. Dessa forma, foi possível alcançar resultados satisfatórios tanto nos procedimentos fiscalizatórios quanto no combate a crimes federais.
- Visando otimizar a utilização do baixo efetivo, tanto policial quanto administrativo,

foram realizadas novos remanejamentos de pessoal em todas as Delegacias e Núcleos subordinados a DREX, sempre visando as ações prioritárias antes mencionadas.

- A DREX fez gestões internas e externas no sentido de buscar a capacitação de seus servidores, e em atuação conjunta e sinérgica com os demais setores da unidade, participou de cursos de utilização de equipamentos sensíveis, técnicas operacionais, direção defensiva, defesa pessoal, operação de fuzil, dentre outros.
- Buscando promover uma visão multifacetada da Segurança Pública bem como incrementar o inter-relacionamento institucional e a redução de entraves no combate à criminalidade, foram realizadas reuniões com os dirigentes de órgãos e agências federais, em especial da Agência Nacional de Telecomunicações, Polícia Rodoviária Federal, Secretaria da Receita Federal, Caixa Econômica Federal, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Fundação Nacional do Índio, dentre outros.
- Foram promovidas reuniões constantes com o efetivo, aumentando a reprodução das idéias e rumos traçados pela Administração, bem como a adesão aos projetos por ela implementados. Aumentou-se ainda o “feed-back” dos servidores, possibilitando a redução da insatisfação funcional, tanto pessoal quanto coletiva.
- Em atendimento às metas do órgão central, empenhou-se esforço de todo o efetivo na redução do número de inquéritos policiais em todas as delegacias afetas à DREX.
- Os resultados alcançados pelas diversas delegacias e setores vinculados à DREX estão apresentados no **Anexo VI**.

O Setor Técnico Científico (SETEC), responsável pelas perícias criminais, com uma representação na Delegacia de Rondonópolis e outra na Delegacia de Sinop, apresentou os seguintes resultados relacionados a solicitações de exames e produção de Laudos:

Produção de laudos do SETEC/SR/DPF/MT por área de exame

Tipo de Laudo	SR	ROO	SIC	TOTAL
Perícias Contábeis e Econômicas	58	4	15	77
Perícias de Audiovisual e Eletroeletrônicos	26	10	0	36
Perícias de Balística Forense	90	16	29	135
Perícias de Engenharia	4	10	5	19
Perícias de Genética Forense	0	0	0	0
Perícias de Informática	166	37	6	209
Perícias de Laboratório	351	33	26	410
Perícias de Local de Crime	30	8	7	45

Perícias de Meio Ambiente	68	12	61	141
Perícias de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural	0	1	0	1
Perícias de Veículos	117	33	25	175
Perícias Documentoscópicas	181	45	113	339
Perícias Merceológicas	33	11	5	49
Perícias de Biometria Forense	1	0	0	1
TOTAL GERAL	1125	220	292	1637

Por fim, é relevante ressaltar que a chefia do Setor Técnico-Científico desta Superintendência adotou a metodologia de distribuição uniforme das solicitações de exames entre as três unidades de criminalística, garantindo assim a equanimidade de carga de trabalho entre todos os Peritos Criminais lotados no Estado.

Já o Grupo de Identificação - GID, que não consta formalmente na estrutura desta SR, realizou as seguintes atividades:

Produção do GID/SR/DPF/MT por área de exame

ATIVIDADES DO GID/SR/MT	TOTAL
Identificação criminal	24
Identificação de estrangeiros	412
Identificação passaporte	16
Identificação Funcional	6
Emissão de antecedentes criminais	13.756
Inclusão de Prontuários SR/DPF/MT	15.495
Inclusão de Prontuários SSP/MT	5.391
Incl. de Boletins de Distribuição Judicial	294
Inclusão de Boletins de Decisão Judicial	3.686
Consultas para Certidões	6.420

Consultas Infoseg	696
Consultas SERPRO (CPF/CNPJ)	300
Consultas SINIC	14.3605
Laudos Periciais	59
Informações Técnicas	37
Alterações/Consistência (SINIC)	9.694

As informações da tabela acima somam várias formas de identificação: criminais, de estrangeiros, passaportes e funcionais. Já as folhas de Antecedentes destinam-se ao atendimento de vários serviços: concursos, serviços públicos, composição de peças judiciais, outros. Quanto aos lançamentos e consultas de informações em sistemas criminais incluem os oriundos de inquéritos do próprio Departamento de Polícia Federal e da Polícia Judiciária Civil do Estado, além das decisões judiciais estaduais e federais.

Não há metas estabelecidas para esse setor especificamente. Metas estabelecidas para o SETEC incluem o GID/MT.

Durante o ano de 2011 os papiloscopistas lotados no GID também foram escalados em plantões da Superintendência Regional, cumprimentos de mandados em deflagrações de operações especiais e aturam também no serviço de corregedoria como sindicantes e componentes em Processos Administrativos.

2.3.1.1.5 – Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Quadro XI - Dados Gerais da Ação 4572

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Luciana do Amaral Alonso Martins
Produto (unidade de medida)	Servidor Capacitado (Unidade)

Fonte: SIGPLAN

Quadro XII - Execução Financeira da Ação 4572 realizada pela Unidade

Ação	Despesas Empenhadas (R\$)	Despesas Liquidadas (R\$)	Restos a pagar não processados (R\$)	Valores Pagos (R\$)
4572	2.780,00	2.780,00	0,00	139,00

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Considerações

A ação retromencionada tem a finalidade de formar e aprimorar os recursos humanos do órgão. Houve acréscimo de recursos pagos em relação ao exercício anterior. Além da participação em capacitações à distância.

Assim, destaca-se a proveitosa parceria com a Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP e DTCOM, na qual vários servidores puderam realizar cursos em 2011, participando por meio de ações de Educação e Ensino à Distância – EAD, integrantes do PRONASCI, contando com 69 participantes, nos 21º, 22º e 23º ciclos, respectivamente. Trata-se de uma parceria que gerou bons resultados, pois consistem em cursos voltados para a área de segurança pública, que não demandam altos custos para a Unidade. São necessários apenas terminais de computador conectados à internet e dedicação de tempo do servidor.

O Núcleo de Operações da DREX/SR/DPF/MT também promoveu treinamentos específicos na área do saber policial, contribuindo para aprimorar as metodologias de ação da Polícia Federal no tocante ao manuseio de armamento - a serviço, em cursos de capacitação ou em ocasiões diversas.

Ações de capacitação realizadas na Unidade em 2011

CURSO	N.º PARTICIPANTES
Semana Orçamentária	06
Aplicação de Penalidades	01
Perícias em madeira	01

Fonte: Equipe de Treinamento e Desenvolvimento da SR/DPF/MT

2.3.1.2 – Programa 0750 - Apoio Administrativo

O Programa 0750 – Apoio Administrativo é um programa padronizado referente ao custeio da máquina estatal. Tem por objetivo intensificar as ações de apoio administrativo aos trabalhos operacionais da Polícia Federal. Consiste no aprimoramento da gestão, visando alcançar maior eficiência e eficácia no cumprimento das missões constitucionais do Departamento de Polícia Federal.

Quadro XIII– Dados do Programa 0750 – Apoio Administrativo

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0750		Denominação: Apoio Administrativo				
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais						
Objetivo Geral: não informado						
Objetivos Específicos: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.						
Gerente: não informado				Responsável: Rosalvo Ferreira Franco		
Público Alvo (beneficiários): Governo						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Gestão	Dotação ¹		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
	Inicial	Final				
200374	n/a	n/a	73637.300,65	6.390.285,03	1.247.015,62	6.390.285,03
200375	n/a	n/a	13.540,16	13.540,16		13.540,16
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Não possui	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Fórmula de Cálculo do Índice						
n/a						
Informações sobre os resultados alcançados: Constantes nas considerações sobre a execução da ação realizada						
Código	Tipo ²	Descrição da Ação				
2000	A	Administração da Unidade				
2012	A	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados				

Fonte: SIGPLAN

2.3.1.3.1 – Ação 2000 - Administração da Unidade

Quadro XIV - Dados Gerais da Ação 2000

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes e 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis. Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, tampouco em um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).

² Tipo de Ação: P – Projeto; A – Atividade; OP – Operação Especial

	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Não há coordenador vinculado
Produto (unidade de medida)	Não há produto previsto para esta Ação

Fonte: SIGPLAN

Quadro XV - Execução Financeira da Ação 2000 realizada pela Unidade Gestora Tesouro

Ação	Despesas Empenhadas (R\$)	Despesas Liquidadas (R\$)	Restos a pagar não processados (R\$)	Valores Pagos (R\$)
2000	R\$ 7.637.300,65	R\$ 6.390.285,03	R\$ 1.247.015,62	R\$ 6.390.285,03

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Quadro XVI - Execução Financeira da Ação 2000 realizada pela Unidade Gestora Funapol

Ação	Despesas Empenhadas (R\$)	Despesas Liquidadas (R\$)	Restos a pagar não processados (R\$)	Valores Pagos (R\$)
2000	13.540,16	13.540,16	0,00	13.540,16

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Quadro XVII - Execução Financeira da Ação 2012 realizada pela Unidade Gestora Tesouro

Ação	Despesas Empenhadas (R\$)	Despesas Liquidadas (R\$)	Restos a pagar não processados (R\$)	Valores Pagos (R\$)
2012	1.260,00	1.260,00	0,00	1.260,00

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Considerações

A execução da Ação 2000 é fator impactante no desempenho operacional da Polícia Federal, uma vez que possibilita a execução de despesas das atividades de apoio, necessárias à gestão e administração da Unidade, como por exemplo: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular da PF; manutenção e conservação de imóveis próprios ou alugados da Superintendência e suas Delegacias; pagamento de diárias e passagens; e outras.

Na ação supramencionada, a Unidade teve despesas empenhadas no valor de R\$ 7.637.300,65, dos quais liquidou R\$ 6.390.285,03, tendo havido inscrição em restos a pagar não-processados de R\$ 1.247.015,62 e valores pagos de R\$ 6.390.285,03. Trata-se de despesas de natureza administrativa que não podem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas compreendem serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular própria; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou

alugados, utilizados; contratação de pessoal de tecnologia da informação, vigilância, recepcionistas, limpeza e conservação, copeiragem e manutenção predial; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); insumos e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da Superintendência e Descentralizadas. Os recursos humanos e materiais envolvidos nesta ação são aqueles diretamente envolvidos na atividade de suporte da Unidade.

2.3.1.3 – Programa 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União

O Programa 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União, recebeu recursos na execução da Operação Especial 0181 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis.

Quadro XVIII - Dados do Programa 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 0089			Denominação: Previdência de Inativos e Pensionistas da União		
Tipo do Programa: Finalístico					
Objetivo Geral: Assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes.					
Objetivos Específicos: Executar ações para garantir benefícios previdenciários aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes					
Gerente de Programa: Não há.					
Responsável pelo Programa na UJ: Rosalvo Ferreira Franco					
Público-alvo (beneficiários): Servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, servidores inativos, dependentes e pensionistas					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
Não se Aplica		19.699,82	19.699,82	0,00	19.699,82
Informações sobre os resultados alcançados: Constantes nas considerações sobre a execução da operação especial realizada					
Código	Tipo ³	Descrição da Ação			
0181	OP	Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis			

Fonte: SIGPLAN

2.3.1.5.1 – Operação Especial 0181 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis

Quadro XIX - Dados Gerais da Operação Especial 0181

Tipo de Ação	Atividade

³ Tipo de Ação: P – Projeto; A – Atividade; OP – Operação Especial

Finalidade	Assegurar o pagamento de benefícios de aposentadorias e pensões para servidores inativos, pensionistas e dependentes.
Descrição	Executar ações para pagamentos de benefícios legalmente estabelecidos para servidores inativos, pensionistas e dependentes.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Presidência da República.
Coordenador nacional da ação	-
Produto (unidade de medida)	Pessoa beneficiada (unidade).

Fonte: SIGPLAN

Quadro XX - Execução Financeira da Operação Especial 0181 realizada pela Unidade

Ação	Despesas Empenhadas (R\$)	Despesas Liquidadas (R\$)	Restos a pagar não processados (R\$)	Valores Pagos (R\$)
0181	19.699,82	19.699,82	0,00	19.699,82

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Considerações

Foram empenhados, liquidados e pagos R\$ 19.699,82 (dezenove mil seiscentos e noventa e nove reais e oitenta e dois centavos), cuja importância refere-se a pagamentos e reconhecimentos de dívidas para servidores aposentados e pensionistas.

2.3.2 – Execução física e financeira das ações realizadas pela Unidade

As metas físicas e financeiras estabelecidas na Lei Orçamentária Anual, constantes no SIGPLAN são aquelas consolidadas para todo o DPF e acompanhadas pelo Gerente Executivo do seu respectivo Programa, as quais constarão em Relatório específico do Órgão Central. Sendo assim, os dados discriminados no quadro adiante são aqueles disponíveis nesta Unidade Jurisdicionada, consolidados pelos setores responsáveis.

Quadro XXI - Execução Física das Ações realizadas pela UJ

UG	Função	Sub-função	Programa	Ação	Tipo da Ação ¹	Prioridade ²	Unidade de Medida	Meta ³ prevista	Meta ³ realizada	Meta ³ a ser realizada em 2011
200374	09	271	0087	8452	A	n/d	Inquérito Instaurado	40	n/a	n/a
	09	272	0089	0181	OP	n/d	Pessoa beneficiada	8416	n/a	n/a
	06	122	0750	2000	A	n/d	Servidor Beneficiado	n/a	n/a	n/a
	06	422	1453	20EV	A	n/d	n/d	n/a	n/a	n/a
	06	422	1453	8375	A	n/d	Indenização paga (unidades)	n/a	n/a	n/a
	200375					A	n/d		34.564	n/a

06

125

0662

2679

32

Documento emitido

UG	Função	Sub-função	Programa	Ação	Tipo da Ação ¹	Prioridade ²	Unidade de Medida	Meta ³ prevista	Meta ³ realizada	Meta ³ a ser realizada em 2011
							(unidade):			
	06	183	0662	2720	A	n/d	Ação realizada (unidade):	n/a	n/a	n/a
	06	181	0662	2726	A	n/d	Operação realizada (unidade):	n/a	n/a	n/a
	06	128	0662	4572	A	n/d	Servidor capacitado (unidade):	n/a	n/a	n/a
	06	122	0750	2000	A	n/d	Servidor Beneficiado	n/a	n/a	n/a
	06	181	1353	8979	A	n/d	Unidade Reformada	n/a	n/a	n/a
	-	-	-	122R	A	n/d	Terreno adquirido	n/a	n/a	n/a

Fonte: SIAFI GERENCIAL

¹ Tipo da Ação: P – Projeto; A – Atividade e OP – Operação Especial

² Prioridade: 1 – Ação do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) exceto PPI, 2 – Ação do PPI (Projeto Piloto de Investimento), 3 – Demais ações prioritárias, 4 – Ação não prioritária;

³ O campo preenchido com o código “NA” – Não se Aplica. Seguiu-se a orientação da CGU para a hipótese de que UJ opere apenas como executora da ação. As metas físicas e financeiras estabelecidas na LOA e constante no SIGPLAN se referem a todo DPF.

Análise Crítica

Tendo em vista que a SR/DPF/MT atua apenas como executora dos programas e respectivas ações, que as metas físicas e financeiras estabelecidas na LOA e SIGPLAN se referem a todo o DPF e que não houve por parte da Sede a regionalização das referidas metas, a execução física das ações realizadas pela UJ está apresentada, de forma individualizada, nos subitens do **item 2.3.1**

2.4) Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1) Programação orçamentária da despesa

As informações de dotação não se aplicam a unidade, pois a previsão orçamentária, na Lei Orçamentária Anual, especifica somente o orçamento do Órgão da Unidade Orçamentária, ou seja, do Departamento de Polícia Federal, e não da Unidade Executora.

Quadro XXII - Unidades Orçamentárias responsáveis pela programação da Unidade

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL	30108	200336
FUNDO PARA APARELHAMENTO E OPERACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES-FIM DA POLÍCIA FEDERAL - FUNAPOL	30909	200337

Fonte: SIAFI Gerencial

2.4.2) Execução Orçamentária da Despesa

2.4.2.1) Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ

2.4.2.2) Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela Unidade Jurisdicionada por Movimentação

2.4.2.2.1) Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro XXIII - Despesas Por Modalidade De Contratação Dos Créditos Recebidos Por Movimentação – UG 200374

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2010	2011	2010	2011
Licitação		-	-	-
Convite		-	-	-
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão	2.973.999,74	3.721.877,09	2.622.525,25	3.721.877,09
Concurso				
Consulta				
Contratações Diretas				
Dispensa	1.991.091,38	945.144,35	1.891.739,71	945.144,35
Inexigibilidade	62.478,82	46.658,66	51.055,24	46.658,66
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos		13.540,16		13.540,16
Pagamento de Pessoal	Não disponível	Não disponível	Não disponível	Não disponível
Pagamento em Folha ¹	Não disponível	Não disponível	Não disponível	Não disponível
Diárias		199.101,65		
Outras	574.234,27	403.544,97	571.481,30	403.544,97

Fonte: SIAFI Gerencial

¹ O pagamento da folha é realizado pelo Órgão Central - UG 200334. Os valores referentes à folha de pagamento desta Superintendência constarão no Relatório de Gestão do DPF.

Quadro XXIV- Despesas Por Modalidade De Contratação Dos Créditos Recebidos Por Movimentação – UG 200375

Valores Em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2010	2011	2010	2011
Licitação				
Convite				
Tomada de Preços	34.192,14		8.953,43	

Concorrência				
Pregão	262.911,00	13.359,32	262.911,00	13.359,32
Concurso				
Consulta				
Contratações Diretas				
Dispensa	846.340,84	10.745,54	846.340,84	8.104,54
Inexigibilidade				
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	651.533,00	565.484,33	651.533,00	565.484,33
Pagamento de Pessoal	Não disponível		Não disponível	
Pagamento em Folha	Não disponível		Não disponível	
Diárias	2.972.394,70	2.260.103,22	2.972.394,70	
Outras	47.699,96		47.699,96	

Fonte: SIAFI Gerencial

¹ O pagamento da folha é realizado pelo Órgão Central - UG 200334. Os valores referentes à folha de pagamento desta Superintendência constarão no Relatório de Gestão do DPF.

Observa-se um incremento nos recursos utilizados em diárias, ocasionado em parte, pelo aumento do seu valor.

Já o incremento apresentado no item “Outras” refere-se, basicamente, às diversas remoções com ajuda de custo concedidas aos servidores participantes do concurso de remoção ocorrido em 2011.

2.4.2.2.2) Despesas Correntes dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro XXV - Despesas correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos – UG 200374

valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
1 – Despesas de Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-
08 - Outros benefícios assistenciais	11.879,08	19.699,82	11.879,08	19.699,82				19.699,82
02 – Despesas de exercício anteriores		2.137,45		2.137,45				2.137,45
2 – Juros e Encargos da Dívida								
3- Outras Despesas Correntes								
14 – Diárias pessoal Civil	511.455,25	199.101,65	511.455,25	199.101,65	6.113,60		511.455,25	199.101,65

30 – Material de Consumo	879.582,54	1.254.512,60	791.827,98	890.119,74	87.754,56	364.392,86	791.827,98	890.119,74
33 – Passagens e despesas com locomoção	324.090,05	180.335,27	270.289,85	146.613,01	53.800,20	33.722,26	270.289,85	146.613,01
36 – Outros serviços de pessoa física		138.910,00		133.210,00		5.700,00		133.210,00
37 – Locação de Mão-de-Obra	1.971.599,73	1.603.824,42	1.911.046,15	1.539.171,83	60.553,58	64.752,59	1.911.046,15	1.539.171,83
39 - Outros serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.	1.869.231,16	1.828.126,05	1.613.207,93	1.561.344,42	256.023,23	266.781,63	1.613.207,93	1.561.344,42
47 – Obrigações Tributárias e Contributivas	5.959,00	11.040,17	5.959,00	11.040,17			5.959,00	11.040,17
92 – Despesas de Exercícios Anteriores	124.858,24	913.651,63	124.858,24	913.651,63			124.858,24	913.651,63
93 – Indenizações e Restituições	964.245,99	521.037,40	960.045,99	519.123,80	4.200,00	1.913,60	960.045,99	519.123,80
52 – Equipamento e Material Permanente		985.784,01		476.031,33		509.752,68		476.031,33

Fonte: SIAFI Gerencial

Quadro XXVI - Despesas Correntes Por Grupo e Elemento De Despesa Dos Créditos Recebidos Por Movimentação – UG 200375

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		P não processados		Valores Pagos	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
1 – Despesas de Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
3 - Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
14 – Diárias pessoal Civil	972.394,70	260.103,22	972.394,70	260.103,22	-	-	2.972.394,70	260.103,22
30 – Material de Consumo	98.974,07	35.589,01	98.974,07	35.589,01	-	-	398.974,07	335.589,01

36 – Outros serviços de terceiros – Pessoa Física	60.423,33	41.310,34	60.423,33	41.310,34	-	-	60.423,33	41.310,34
39 – Outros serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.	92.984,04	90.681,90	92.984,04	90.681,90	-	-	192.984,04	190.681,90
47 – Obrigações Tributárias e Contributivas	1.986,89	683,08	1.986,89	683,08	-	-	1.986,89	683,08
92 – Despesas de Exercícios Anteriores	31.364,13	49.584,31	31.364,13	49.584,31	-	-	31.364,13	149.584,31
51 – Obras e Instalações		36.500,00				36.500,00		
52 – Equip. e Material Permanente		36.174,86		21.324,86		14.850,00		21.324,86

2.4.2.2.3) Despesas de Capital dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro XXVII - Despesas De Capital Por Grupo E Elemento De Despesa Dos Créditos Recebidos Por Movimentação – 200374

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
4 - Investimentos								
52 – Eq. Mat. Permanente	622.649,73	985.784,01	496.270,73	476.031,33	126.379,00	509.752,68	461.175,64	476.031,33
51 – OBRAS E INSTALAÇÕES – OP.INT.ORB	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial

Quadro XXVIII - Despesas De Capital Por Grupo E Elemento De Despesa Dos Créditos Recebidos Por Movimentação – 200375

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
4 - Investimentos								
52 – Eq. Mat. Permanente	305.060,50	36.174,86	42.149,50	21.324,86	262.911,00	14.850,00	42.149,50	21.324,86
51 – OBRAS E INSTALAÇÕES – OP.INT.ORB	51.883,98	36.500,00	26.645,27		25.238,71	36.500,00	26.645,27	

Fonte: SIAFI Gerencial

Considerações

Alterações significativas ocorridas no exercício:

Contingenciamento no exercício: O contingenciamento de créditos orçamentários e despesas financeiras ocorrido no exercício teve impacto na relação com os fornecedores, com atrasos no pagamento de faturas e dificuldades no cumprimento dos contratos, e também nas ações dos servidores da Polícia Federal, utilização de viaturas (combustíveis) e com pagamento de passagens e diárias para deslocamento.

Eventos negativos que prejudicaram a execução orçamentária: O contingenciamento de recursos, a tempestividade na sua liberação e a demanda crescente por servidores tiveram reflexos negativos na atuação da Superintendência, não chegando a comprometer o cumprimento dos objetivos propostos. Todavia, a situação em foco demonstra que, com a crescente demanda por serviços que a Polícia Federal deve desempenhar para o combate à criminalidade e atendimento aos cidadãos, sobretudo quando se aproximam grandes eventos internacionais que o País sediará, os recursos humanos e materiais constituirão fatores decisivos para o melhor cumprimento das missões da Polícia Federal.

Eventos positivos que facilitaram a execução orçamentária: Atendendo metas de contenção de despesas, houve uma sensível diminuição de valores nas faturas de serviços de telefonia na SR/DPF/MT, no exercício de 2011, haja vista a disseminação entre os servidores do uso *VOIP - Voice Over Internet Protocol* (tecnologia de transmissão de voz sobre protocolo de internet). O uso desse serviço permite que ligações telefônicas sejam realizadas por meio da rede internet ou através de redes de dados corporativas.

Uma das grandes vantagens do uso do VOIP é de não haver custo, exceto aqueles previstos com o uso da rede lógica, nas ligações telefônicas entre Delegacias do interior e a SR/DPF/MT, e vice-versa, bem como em ligações interurbanas realizadas entre Unidades de estados distintos. A SR/DPF/MT é uma das vinte duas Regionais do DPF que já utiliza o serviço de VOIP de forma regular.

Destaca-se ainda o uso da videoconferência como meio de aperfeiçoamento das ferramentas de comunicação interna, em funcionamento na SR/DPF/MT desde o início de 2010. Tal tecnologia tem permitido significativa redução de custos com diárias de servidores, de forma que os responsáveis por núcleos de investigação bem como dirigentes de Setor, Delegacia, Divisão, entre outros, podem promover intercâmbio simultâneo de informações, sem necessidade de locomoção geográfica.

Além das facilidades do VOIP e da videoconferência, salienta-se a gestão mais eficaz da telefonia fixa convencional nesta Unidade Jurisdicionada. Desde o ano de 2005, é realizado o controle das ligações telefônicas realizadas, sobretudo aquelas efetuadas fora do interesse do serviço, cujo custo é ressarcido à União mediante o pagamento de Guia de Recolhimento da União (GRU) pelo responsável, na eventualidade de haver ligações particulares, após o recebimento dos extratos mensais de cada telefonema realizado. A liberação de acesso ao serviço de telefonia, no âmbito desta Unidade Jurisdicionada, exige senha individual e perfil de acesso para cada usuário.

Desde 2010, tem sido intensificado o controle em questão, com a definição de perfis de acesso específicos e controle individual de utilização, surtindo efeitos positivos na conscientização de todos os servidores e colaboradores, de maneira que a média global do consumo dos serviços de telefonia fixa. Desta feita, tais procedimentos de controle, acompanhados pelo Núcleo de Tecnologia de Informação da SR/DPF/MT e por outras Unidades do DPF, culminaram na aprovação da Instrução Normativa nº 25/2010, pela Direção Geral do DPF, em 16 de março de 2010, que dispõe sobre a utilização e gestão da telefonia fixa convencional no âmbito do Departamento de Polícia Federal, prevendo, entre outras regras, que todos os custos relativos às ligações particulares deverão ser ressarcidos ao DPF.

Seguindo os mesmos princípios de economicidade, o Setor de Logística Administrativa Policial buscou providenciar, no âmbito da SR/DPF/MT, o desligamento, antes do término do turno vespertino (às 17h30min). Da mesma forma, nas Delegacias do interior, têm adotado similar programação no uso dos equipamentos de alto consumo de energia, observando as diretrizes de redução de custos.

Nos contratos com oficinas, os serviços de manutenção preventiva e corretiva dos veículos oficiais têm sido controlados mediante cotas máximas mensais, que demandam justificativas bem fundamentadas por parte das Delegacias que necessitam ultrapassar os referidos limites de gastos.

2.4.3) Indicadores Institucionais da Unidade Jurisdicionada

O Departamento de Polícia Federal tem buscado desenvolver instrumentos e mecanismos que possibilitem avaliar, de forma consistente, o resultado de seu desempenho institucional, de modo a subsidiar as decisões de seu corpo diretivo, e, também, melhor prestar contas à sociedade e ao Governo Federal sobre sua atuação.

Atendendo às recomendações do órgão de Controle Interno da Presidência da República no sentido de estabelecer indicadores de desempenho para medir os produtos, serviços e resultados alcançados pela gestão da Polícia Federal quanto aos objetivos estratégicos, houve contratação de instituições que ficariam incumbidas deste propósito em exercícios anteriores, a exemplo do Instituto de Desenvolvimento Gerencial - INDG e da Fundação Getúlio Vargas – FGV. Todavia, em função de fatores diversos e diante dos resultados iniciais apresentados, restou prejudicado o atendimento na apresentação dos índices demandados.

Ocorre, entretanto, que foi criado o Centro Integrado de Gestão Estratégica - CIGE/DPF, instituído pela Portaria nº 1.990/2010-DG/DPF, de 30 de novembro de 2010, diretamente subordinado ao Diretor-Geral, o qual possui, entre outras atribuições, a seguinte: "II. propor normas, critérios, mecanismos e diretrizes específicas referentes a medidores de desempenho e prospecção de cenários, exceto ao que se referir à atividade de inteligência policial."

Desta forma, pretende-se fortalecer a cultura de gestão estratégica, a necessidade de integrar e avaliar as iniciativas de modernização da gestão, bem como a política de planejar a administração dos sistemas e macroprocessos da Polícia Federal, de maneira permanente e flexível, a fim de adaptá-los com rapidez às novas metodologias gerenciais e às evoluções de cenários.

Nos próximos anos, deverão ser desenvolvidas ações que implicarão na elaboração dos indicadores de desempenho no âmbito desta Polícia Federal, mediante a definição e monitoramento das metas a serem atendidas, inclusive em relação aos acordos e convênios firmados com entes nacionais como os estrangeiros.

Para a análise dos resultados alcançados pela SR/DPF/MT, convém ressaltar que há dois indicadores institucionais, vinculados ao Programa 0662 (Prevenção e Repressão à Criminalidade): Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais e Prazo Médio para a Conclusão de Inquéritos Policiais, cujos resultados, metodologia de cálculo e análises já foram expostos na seção 2.3.1.1 do presente Relatório. A seguir, retrata-se a pertinência da utilização dos referidos indicadores, bem como outros indicadores regionais.

2.4.3.1) Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais

- a) **Utilidade:** medir a taxa (percentual) de Inquéritos Policiais instaurados e relatados no ano de 2011.

O inquérito instaurado num determinado exercício, devido à complexidade das investigações e/ou procedimentos, eventualmente não pode ser concluído dentro do mesmo exercício. Da mesma forma que os inquéritos relatados no período, podem ser aqueles instaurados em anos anteriores. Dependendo da complexidade dos procedimentos e investigações, um inquérito pode demandar mais tempo, em face de outro, que por ser mais simples, é instaurado e relatado num prazo bem menor. Nesse sentido, a utilidade desse indicador pode ser claramente percebida haja vista tratar-se de um dos mais representativos índices, o qual sempre é utilizado como referência para a tomada de decisões gerenciais que afetam o desempenho desta Unidade Jurisdicionada.

Todos os esforços são dirigidos para manter o índice relativo à Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais acima de 100%, para que se mantenha uma trajetória descendente no índice de inquéritos em andamento, o que vem se repetindo nos últimos anos. As ações de correção, melhoria e adequação dos processos, e o esforço da Administração foram os fatores decisivos para o avanço.

Treze unidades operacionais descentralizadas da Unidade Jurisdicionada conseguiram suplantar a meta estabelecida no Plano Plurianual (índice superior a 80%) ao final de 2011, com exceção de apenas uma Delegacia, que atingiu índice de 75%. Em 2012, pretende-se averiguar a dimensão das eventuais dificuldades encontradas por aquela única descentralizada, que resultaram em taxa de conclusão de inquéritos inferior à meta do PPA e serão feitas gestões para as medidas corretivas necessárias.

- b) **Mensurabilidade:** Houve viabilidade efetiva para que o fenômeno-objeto (Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais) fosse medido por intermédio do indicador supracitado, mediante pesquisas realizadas pela Corregedoria Geral do DPF, disponibilizadas na intranet. Todavia, o índice inferior a 80% não retrata necessariamente insucesso, pois cada inquérito depende de fatores diversos que determinam o tempo de andamento do mesmo.

2.4.3.2) Prazo Médio para Conclusão de Inquéritos Policiais

- a) Utilidade:** medir o prazo médio para a conclusão de Inquéritos Policiais instaurados e relatados no ano de 2011 e auxiliar no processo de tomada de decisão gerencial, sobretudo quanto à melhor alocação de recursos pelo ordenador de despesas, a fim de reduzir tal prazo.

b) Mensurabilidade: O fenômeno-objeto (Prazo de Conclusão de Inquéritos Policiais) foi medido mediante pesquisas realizadas pela Corregedoria Geral do DPF. Da mesma forma que o índice 2.4.3.1 (taxa de conclusão), possui razoável mensurabilidade: trata-se de um indicador que possui um grau de complexidade proporcional ao fenômeno-objeto, sendo auditável por terceiros, pois os dados extraídos de sistemas ativos e confiáveis (Sistema Nacional de Procedimentos - SINPRO e Sistema Cartorário - SISCART), por meio de recursos da Coordenação de Tecnologia de Informação do DPF, disponibilizados à Corregedoria Geral, além de ser econômica a produção de tal indicador. Entretanto, este indicador não possibilita aferir uma exata mensuração da produtividade, pois dependendo da complexidade dos procedimentos e investigações, um inquérito pode demandar mais tempo, em face de outro, que por ser mais simples, é instaurado e relatado num prazo bem menor. Por essa e outras razões, este indicador de desempenho não foi considerado no PPA 2012-2015. Os demais índices relativos à Polícia Judiciária dependem de fatores de elevada complexidade, os quais devem ser observados no decurso das investigações e, principalmente, na deflagração de operações policiais. Ainda nesse sentido, são relevantes as representações bem fundamentadas junto ao Judiciário.

Adicionalmente, foram desenvolvidos indicadores regionais, no âmbito da NEOF/SR/DPF/MT, cujos detalhes são sintetizados adiante.

2.4.3.3) Indicadores de desempenho da execução orçamentário-financeira

- a) **Utilidade:** avaliar o desempenho da execução orçamentário-financeira, com base em indicadores de placar balanceado (*Balanced scorecard – BSC*). Esses indicadores foram mensurados mediante pesquisas realizadas pelo conformista contábil da Unidade Jurisdicionada junto ao Núcleo de Execução Orçamentário-Financeira (NEOF) e têm auxiliado o processo de tomada de decisão gerencial pelo Ordenador de Despesas da Unidade.
- b) **Mensurabilidade:** Trata-se de indicadores que possuem um grau de complexidade proporcional ao fenômeno-objeto, sendo auditáveis por terceiros, pois os dados são extraídos do SIAFI, além de ser econômica a produção de tal indicador.

Quadro XXIX – Indicadores de desempenho da UJ sob a perspectiva financeira

OBJETIVO	INDICADOR	FÓRMULA	META	INTERPRETAÇÃO	APURAÇÃO	UNIDADE	PERIODICIDADE DE APURAÇÃO	DATA DE AFERIÇÃO	FONTE
Manter controle eficaz da conformidade de gestão e contábil da execução orçamentário-financeira	Grau de cumprimento das normas orçamentário-financeiras em 2011 - UG 200374	Quantidade de desconformidades apontadas na transação SIAFI >CONCONFCON	Reduzir a zero a quantidade de desconformidades às normas orçamentário-financeiras detectadas/total de itens de análise	menor-melhor	20	Inconsistências	Mensal (período: jan/dez-2011)	29/03/2012	SIAFI
	Grau de cumprimento das normas orçamentário-financeiras em 2011 - UG 200375	Quantidade de desconformidades apontadas na transação SIAFI >CONCONFCON	Reduzir a zero a quantidade de desconformidades às normas orçamentário-financeiras detectadas/total de itens de análise	menor-melhor	02	Inconsistências	Mensal (período: jan/dez-2011)	29/03/2012	SIAFI
Avaliação da coerência entre a proposta orçamentária e a estratégia; e precisão	Índice da qualidade da proposta orçamentária	Grau de coerência da proposta orçamentária com a estratégia e com a capacidade de execução	100%	maior-melhor	70%	Percentual	Semestral; referência: dez/2011	06/01/2011	Pesquisa ao NEOF

OBJETIVO	INDICADOR	FÓRMULA	META	INTERPRETAÇÃO	APURAÇÃO	UNIDADE	PERIODICIDADE DE APURAÇÃO	DATA DE AFERIÇÃO	FONTE
tempestividade dos dados									
	Grau de confiabilidade das informações orçamentárias, financeiras e contábeis.	Informações íntegras e tempestivas sobre o orçamento (qualitativa); avaliação da precisão dos dados; n° de questionamentos sobre os dados disponibilizados	100%	maior-melhor	90%	Percentual	Semestral; referência: dez/2011	06/01/2011	Pesquisa ao NEOF

2.4.3.4) Indicadores de arrecadação da UJ

- a) **Utilidade:** avaliar o desempenho da arrecadação de receitas no FUNAPOL e na área de controle de químicos, ano a ano. Esses indicadores foram mensurados mediante pesquisas realizadas pela Coordenação de Orçamento e Finanças do DPF e têm auxiliado o processo de tomada de decisão gerencial pelo Ordenador de Despesas da Unidade.
- b) **Mensurabilidade:** Trata-se de indicador que possui um grau de complexidade proporcional ao fenômeno-objeto, sendo auditável por terceiros, pois os dados são extraídos do Sistema de Informações de Arrecadação (SIAR), um dos Sistemas Corporativos do DPF, além de ser econômica a produção de tal indicador.

Conforme dados extraídos do - SIAR, do Departamento de Polícia Federal, em 2011, no âmbito de todas as Descentralizadas (interior) e da SR/DPF/MT (capital), foram auferidas receitas no montante de R\$ 4.006.957,30 (quatro milhões e seis mil novecentos e cinquenta e sete reais e trinta centavos), - contemplando arrecadação relacionada a serviços de migração e passaporte; na área de segurança privada prestados pela Delegacia de Segurança Privada (DELESP); e por meio dos serviços de registro, porte de armas, entre outros, realizados pelo Serviço Nacional de Armas (SINARM), - uma receita total 23,00% maior do que em 2010. Este total de receitas representou 0,89% da arrecadação do Órgão.

Por conseguinte, é possível inferir que houve elevação da demanda de serviços nas atividades de apoio das diversas Delegacias, Setores e Núcleos da Superintendência em Cuiabá, e principalmente no interior do estado, sendo mantido praticamente o mesmo efetivo de servidores administrativos. Há perspectivas de realização de concurso público, avalizado pela Diretoria de Gestão de Pessoal do DPF, a fim de preencher 328 vagas para o cargo de Agente Administrativo, porém é aguardada autorização do Ministério do Planejamento.

No tocante ao quesito de alocação de recursos orçamentários para as melhorias das condições de trabalho dos servidores e de atendimento ao público, é possível inferir que todos os esforços convergiram para a máxima aplicação desses recursos, de forma consciente e em sua quase totalidade, embora ainda haja carência de recursos humanos. Por conseguinte, são nítidos os reflexos no desempenho operacional da Polícia Federal neste Estado, ano após ano.

ITEM 4 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

4.1) Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro XXX – Situação Dos Restos A Pagar De Exercícios Anteriores – UG – 200374

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010				
2009	67.925,97	2.200,18	65.725,79	
2008	3.147,23	3.147,23		
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010				
2009	867.469,92	133.348,61	719.721,31	14.400,00
2008	19.556,71	18.056,71	1.500,00	

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Quadro XXXI – Situação Dos Restos A Pagar De Exercícios Anteriores - UG – 200375

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010				
2009	16,50	16,50		-
2008	25.443,79	25.443,79		
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010				
2009				
2008	1.968.117,77	1.896,83	371.541,24	1.594.679,70

Fonte: SIAFI Gerencial

OBS.: Saldos a pagar em 31/12: Montante Inscrito – Cancelados – Pagos = saldo a pagar em 31/12.

Análise Crítica

No que se refere aos restos a pagar verifica-se que ocorreu um acréscimo nos montantes inscritos no ano de 2009 na UG 200374. O referido acréscimo decorre em parte devido às medições das tarifas de prestação de serviços das operadoras de telefonia estarem em desacordo com o contratado, situação que perdurou por todo o ano, gerando, apenas esse contrato, o resto de cerca de 70% do valor pendente de pagamento.

Já o montante de R\$ 1.968.117,77, inscrito na UG 200375, refere-se ao contrato rescindido com a empresa **Salomão Engenharia e Construção**, CNPJ: 02.404.192/0001-27. O contrato foi rescindido unilateralmente pela Administração após o abandono da obra da Delegacia de Polícia Federal em Cáceres.

ITEM 5 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

5.1) Composição do Quadro de Servidores Ativos

Quadro XXXII - Composição do Quadro de Recursos Humanos

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo (1.1 + 1.2)	-	-	-	-
1.1 Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2 Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	-	-	-	-
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	379	05	03
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
2. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
3. Total de servidores (1+2)	-	379	05	03

Fonte: Planilha SRH/SIAPE - situação apurada em 31/12

Quadro XXXIII – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	04
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	02
1.2. Exercício de Função de Confiança	
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	
3.1. De ofício, no interesse da Administração	
3.2. A pedido, a critério da Administração	
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	
4.1. Doença em pessoa da família	
4.2. Capacitação	
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	
5.2. Serviço militar	
5.3. Atividade política	
5.4. Interesses particulares	
5.5. Mandato classista	
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	04

Fonte: Planilha SRH/SIAPE - situação apurada em 31/11

Quadro XXXIV – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão				
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	04	04	03	03
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	04	04	03	03
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas				
1.2.4. Sem vínculo				
1.2.5. Aposentados				
2. Funções gratificadas	24	22	07	09
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	24	22	07	09
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas				
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	28	26	10	12

Fonte: Planilha SRH/SIAPE - situação apurada em 31/12

Quadro XXXV – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provedimento de cargo efetivo					
1.1. Membros de poder e agentes políticos					
1.2. Servidores de Carreira	86	188	89	15	1
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
2. Provedimento de cargo em comissão					
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior		02	02		
2.3. Funções gratificadas	01	16	06	01	00
3. Totais (1+2)	86	188	89	15	1

Fonte: Planilha SRH/SIAPE - situação apurada em 31/11

Quadro XXXVI – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provedimento de cargo efetivo				02	53	323			
1.1. Membros de poder e agentes políticos									
1.2. Servidores de Carreira									
1.3. Servidores com Contratos Temporários									

2. Provedimento de cargo em comissão									
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior						04			
2.3. Funções gratificadas					02	20			
3. Totais (1+2)				02	53	323			

Fonte: Planilha SRH/SIAPE
Situação apurada em 31/12

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

5.2) Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

O envio de informações alusivas a atos de admissão de pessoal e concessão de aposentadoria, reforma e pensão à CGU, nos termos do art. 7º da IN/TCU nº 55/2007, bem como o registro no sistema SISAC são realizados pela Coordenação de Recursos Humanos (CRH) da Diretoria de Gestão de Pessoal (DGP) do DPF. Assim, as informações pertinentes aos atos de admissão e concessão de aposentadoria do Departamento de Polícia Federal, inclusive desta Superintendência Regional, constarão no Relatório de Gestão do Órgão Central do DPF. Os quadros expostos adiante, sobre aposentadorias e pensões concedidas no âmbito da SR/DPF/MT, referem-se a dados apenas ano exercício de 2011, de forma que o quantitativo (total) de servidores inativos ou de pensionistas é acompanhado pela CRH/DGP/DPF.

Quadro XXXVII – Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De servidores aposentados até 31/11	De aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	48	01
1.1 Voluntária	38	01
1.2 Compulsória		
1.3 Invalidez Permanente	10	
1.4 Outras		
2. Proporcional	5	
2.1 Voluntária	4	
2.2 Compulsória		
2.3 Invalidez Permanente	1	
2.4 Outras		
3. Totais (1+2)	53	01

Fonte: Planilha do Setor de Recursos Humanos/SR/DPF/MT – situação em 31/12

Quadro XXXVIII - Quadro de Instituidores de Pensão

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/11	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado	10	-

1.1.	Integral	10	01
1.2.	Proporcional	-	-
2.	Em Atividade	-	-
3.	Total (1+2)	10	01

Fonte: SIAPE e Setor de Recursos Humanos/SR/DPF/MT – situação em 31/12

5.3) Composição do Quadro de Estagiários

Quadro XXXIX - Composição do Quadro de Estagiários na UJ

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágios vigentes				Despesas no exercício (em R\$1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	12	01	07	06	95.160,00
1.1 Área Fim	08		04	04	
1.2 Área Meio	04	01	03	02	
2. Nível Médio	07	03		06	21.518,00
2.1 Área Fim	03				
2.2 Área Meio	04	03		06	
3. Total (1+2)					116.678,00

Fonte: Planilha do Setor de Recursos Humanos/SR/DPF/MT

5.4) Demonstração dos custos de pessoal da UJ

Excepcionalmente, os custos de recursos humanos foram informados pelo Setor de Recursos Humanos da SR/DPF/MT nos valores totais, posto que outros dados pormenorizados, quais sejam, detalhamento de vencimentos e despesas variáveis, custos por cada servidor cedido ou comissionado, entre outros, são apurados centralizadamente, pela CRH/DGP/DPF. Da mesma forma, a composição do quadro de recursos humanos desta Unidade Jurisdicionada por faixa etária e por nível de escolaridade é acompanhada pela Coordenação de Recursos Humanos (CRH) da Diretoria de Gestão de Pessoal (DGP) do DPF, cujo Relatório de Gestão deverá apontar tais dados. Providências estão sendo adotadas, mediante aperfeiçoamento dos sistemas de acesso às informações de recursos humanos, visando, em breve, ao compartilhamento de mais dados pelo Órgão Central com outras Unidades Jurisdicionadas do DPF.

Quadro XL - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos vantagens fixas e	Despesas Variáveis						Despesas Exercícios Anteriores	de Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis			
Membros de poder e agentes políticos										
Exercícios	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2009	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão										
Exercícios	2011	151.116.624,00	0	0	0	0	0	0	0	151.116.624,00
	2010	151.116.624,00	0	0	0	0	0	0	0	151.116.624,00
	2009	151.116.624,00	0	0	0	0	0	0	0	151.116.624,00
Servidores com Contratos Temporários										
Exercícios	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2009	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença										
Exercícios	2011	117.757,64	0	0	0	0	0	0	0	117.757,64
	2010	117.757,64	0	0	0	0	0	0	0	117.757,64
	2009	117.757,64	0	0	0	0	0	0	0	117.757,64
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial										
Exercícios	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2009	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior										
Exercícios	2011	7.480,22	0	0	0	0	0	0	0	7.480,22
	2010	7.480,22	0	0	0	0	0	0	0	7.480,22
	2009	7.480,22	0	0	0	0	0	0	0	7.480,22
Servidores ocupantes de Funções gratificadas										
Exercícios	2011	11.121,76	0	0	0	0	0	0	0	11.121,76
	2010	11.121,76	0	0	0	0	0	0	0	11.121,76
	2009	11.121,76	0	0	0	0	0	0	0	11.121,76

Fonte: SIAFI – Valores em R\$1,00

5.5) Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada

5.5.1 – Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão

Quadro XLI - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Regional de Polícia Federal em Mato Grosso													
UG/Gestão: 200374/00001							CNPJ: 00394494/0028-56						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	04/2009	07.116.584/0001-04	27.01.2009	27.01.2010	27	22	-	-	-	-	P
2010	V	O	14/2010	04.667.389/0001-84	10.09.2010	10.09.2011	33	33	-	-	-	-	P
Observação: -													
<p>LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.</p>													

Fonte: Área de Gerenciamento de Contratos/SR/DPF/MT

5.5.2 – Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão

Quadro XLII - Contratos De Prestação De Serviços Com Locação De Mão De Obra

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Regional de Polícia Federal em Mato Grosso													
UG/Gestão: 200374/00001							CNPJ: 00394494/0028-56						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	6	O	04/2009	07.116.584/0001-04	27.01.2009	27.01.2010	01	01	-	-	-	-	P
2010	7	O	11/2010	10.858.713/0001-44	27.06.2010	27.06.2011	-	-	10	08	-	-	E
2009	7	0	12/2009	05.924.588/0001-93	02.04.2009	02.04.2010	-	-	07	08	-	-	P
Observação: -													
LEGENDA													
Área:													
1. Conservação e Limpeza;													
2. Segurança;													
3. Vigilância;													
4. Transportes;													
5. Informática;													
6. Copeiragem;													
7. Recepção;													

- 8. Reprografia;
 - 9. Telecomunicações;
 - 10. Manutenção de bens móveis
 - 11. Manutenção de bens imóveis
 - 12. Brigadistas
 - 13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
 - 14. Outras
- Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.
- Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
- Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
- Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Área de Gerenciamento de Contratos/SR/DPF/MT

5.6) Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Considerações gerais

- **Absenteísmo** -

- **Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais** - No decorrer do ano de 2011, não foram instauradas pela Corregedoria nenhuma sindicâncias a fim de apurar acidentes com viaturas na SR/DPF/MT.

Em conjunto com o Setor de Atendimento Médico, o SRH local coordena as licenças por motivo de doença, bem como convoca os servidores para as perícias médicas periódicas. Quanto aos acidentes de trabalho, a Corregedoria local é a responsável pela apuração de sindicâncias.

Segundo o Serviço Médico do DPF, está sendo desenvolvido sistema Gerencial para o adequado acompanhamento dos procedimentos de Acidentes de Trabalho e doenças ocupacionais, que possibilitará a prestação de detalhamentos adicionais para os órgãos de controle. Nesta Unidade Jurisdicionada, não houve nenhuma ocorrência de doença ocupacional comprovada em 2011.

- **Rotatividade (*turnover*)** – Encontra-se em desenvolvimento pela DGP relatório de análise da Rotatividade de pessoal.

- **Educação Continuada** - A DGP pretende elaborar relatório gerencial que demonstre a quantidade de cursos disponibilizados e aqueles efetivamente realizados.

- **Disciplina** - A cargo da Corregedoria Regional da SR/DPF/MT, mediante o desenvolvimento de critérios para aplicação com futura avaliação de desempenho. Em 2011, foram instaurados 14 (quatorze) Procedimentos Administrativos Disciplinares, 31 (trinta e uma) sindicâncias investigativas e nenhuma sindicância acusatória. Ademais, foram correicionados 26 Termos Circunstanciados no Estado.

-Demandas Trabalhistas

Em virtude das relações de trabalho terceirizadas, a Superintendência Regional em Mato Grosso foi demandada no pólo passivo em 01 processo trabalhista pelos empregados da contratada abaixo:

- 1) **Stilo Terceirização Ltda**, CNPJ: 10.858.713/0001-44. O contrato vigorou de 27/06/2010 a 27/06/2011 e não foi prorrogado por contingenciamento orçamentário. A empresa e os empregados não chegaram a um acordo quanto aos valores dos direitos trabalhistas. A primeira audiência de conciliação já aconteceu.

ITEM 7 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010
7. 1) Declaração sobre Contratos e Convênios – SIASG E SICONV

Quadro XLIV - Declaração do Responsável pela Área de Contratos

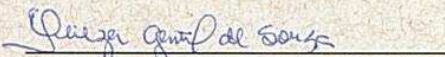
Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa (UJ)	Código da UG
Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Sul	200374, 200375

Eu, **ELIEZER GENTIL DE SOUZA**, CPF nº **429.707.251-34**, ocupante do cargo de Agente Administrativo, exercido na Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Mato Grosso, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos celebrados pela estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, de acordo com o art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Com relação ao Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, esta Superintendência não firma convênios, contrato de repasse, termo de parceria ou outros instrumento congêneres. Tal atribuição é privativa do Órgão Central do DPF.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Cuiabá/MT, 30 de março de 2012.



CPF 429. 707. 251- 34
Agente Administrativo
Matricula DPF 12.638

ITEM 8 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010
8. 1) Informações sobre declarações de bens e rendas

Quadro XLIV – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			

8. 2) Análise Crítica

O Setor de Recursos Humanos (SRH) da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Mato Grosso vem cumprindo as obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730/1993, de maneira que todos os servidores desta Unidade Jurisdicionada que estão obrigados, por força de lei, à entrega das suas Declarações de Bens e Rendias (DBR), são instados a fazê-lo anualmente.

Adicionalmente, os servidores desta Unidade também têm autorizado o acesso das suas Declarações Anuais de Ajuste de Imposto de Renda, apresentadas à Secretaria da Receita Federal do Brasil, por intermédio de assinatura e entrega ao SRH de Termo de Autorização de Acesso, cujo modelo de documento foi estabelecido pela Coordenação de Recursos Humanos do DPF, para fins de cumprimento da exigência contida no parágrafo 4º do art. 13 da Lei nº 8.429, de 1992, tendo em vista o disposto no parágrafo 2º do art. 3º do Decreto nº 5.483, de 30 de junho de 2005.

ITEM 9 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010
9. 1) Estrutura de Controles Internos da UJ

Quadro XLV – Estrutura De Controles Internos Da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					X
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Considerações gerais: a UJ utilizou a pesquisa qualitativa baseada na observação para analisar e julgar as assertivas apresentadas.					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

Embora a Direção Geral do DPF tenha definido, no seu planejamento estratégico de médio prazo, como uma de suas prioridades a ampliação da atuação da Assessoria de Controle Interno, por meio da criação de projeções regionais em todas as suas vinte e sete Superintendências, a Regional da Polícia Federal no Estado de Mato Grosso não possui Unidade de Controles Interno que possa responder sobre a natureza dos controles em questão. Até o presente momento, estas atribuições são realizadas pela Controladoria-Geral da União, pelo Assessor de Controle Interno da Direção Geral do Departamento de Polícia Federal e pela Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério da Justiça, juntamente com os demais órgãos que compõem o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

Assim, foi objeto da análise supracitada o sistema de controles internos existente no Setor de Administração e Logística Policial, cujas rotinas foram consideradas relevantes para o regular desempenho orçamentário-financeiro da Unidade.

ITEM 10 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010
10.1) Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro XLVI - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.			X		
Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	Adoção do papel reciclado; Convênio com cooperativa de catadores de papel para reciclagem.				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		X			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	x				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.			X		
Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	Serviços de obras e reformas com inclusão de cláusula de conformidade ambiental.				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).				X	
Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	Ainda não é possível avaliar, pois aumentaram as pessoas em circulação				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).				x	
Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	Papel reciclado.				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.			X		
Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	n/a				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).			X		
Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	Foram feitas Dispensas de Licitação para recargas de cartuchos de impressão, o papel está sendo				

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	encaminhado à reciclagem				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.	X				
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			X		
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.		X			
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.	X				
Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	n/a				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.				X	
Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	Carbono Neutro (plantio de árvores)				
Considerações Gerais: O questionário foi respondido conjuntamente pelas responsáveis pelo setor de licitações e contratos e comunicação social, o qual tem conhecimento da maioria dos processos de contratações realizados e da política de comunicação institucional, inclusive das campanhas da qual o DPF participa.					
<p>LEGENDA</p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

Fonte: Área de Gerenciamento de Contratos/SR/DPF/MT

ITEM 11 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010
11.1) Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

Seguem adiante três quadros com dados sobre a distribuição espacial e discriminação dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União, sob responsabilidade da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Sul, bem como sobre os imóveis locados por esta Regional.

Quadro XLVII - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2010	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	UF MT	3	3
	Cuiabá	2	2
	Rondonópolis	1	1
Total (Brasil)		3	3

Fonte:SPIUNET

A Superintendência Regional de Polícia Federal em Mato Grosso utiliza ainda os imóveis localizados em Barra do Garças, Cáceres e Sinop, sendo que os de Barra do Garças e Cáceres pertencem ao patrimônio da União, mas encontram-se em fase de regulamentação junto à Superintendência do Patrimônio da União e o imóvel de Sinop locado de terceiros, com informações descritas no quadro seguinte.

Quadro XLVIII - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2010	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	Mato Grosso	1	1
	Sinop		
Subtotal Brasil		1	1
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		1	1

Fonte: Setor de Administração e Logística Policial /SR/MT

Locação do Imóvel onde funciona a Delegacia de Polícia Federal em Sinop/MT. Contrato nº 18/2011. A manutenção do imóvel cabe aos seus proprietários. Foram realizados reparos na unidade em referência sem ônus ao Departamento de Polícia Federal no exercício de 2011.

Quadro XLIX - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da Unidade

Fonte: Setor de Edificações/SELOG/SR/DPF/MT e Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel em R\$			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
200374	9067 00239.500-2	13- Entrega Adm Fed Direta	3-Bom					
200374	9151 00050.500-5	13-Entrega Adm Fed Direta	3-Bom					
Total								

RIP – Registro Imobiliário Patrimonial

11.2) Análise Crítica Sobre a Gestão de Imobilizados sob Responsabilidade da Unidade Jurisdicionada

A relação de imóveis da Unidade Jurisdicionada em referência, bem como os valores reavaliados desses imóveis encontram-se carentes de uma atualização mais precisa no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUNET. De acordo com a Portaria Interministerial da Secretaria do Tesouro Nacional/Secretaria de Patrimônio da União nº 322 de 23 de agosto de 2001, o SPIUNET passou a ser a principal fonte alimentadora do SIAFI para efeito de contabilização dos imóveis, mantendo a tempestiva compatibilidade entre as informações existentes nos Sistemas.

Ante o exposto, em 2011, foram adotadas providências visando à realização de capacitação de servidores e a adequada atualização dos valores dos imóveis de uso especial sob real responsabilidade desta Unidade Jurisdicionada. Por conseguinte, houve melhorias na avaliação dos referidos imóveis, de modo mais compatível com a realidade, a fim de que a base monetária passasse a ser mais confiável e o valor registrado no SPIUNET espelhe o valor justo (de mercado), considerando-se os valores depreciáveis, quando cabíveis.

ITEM 12 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

12.1) Gestão de Tecnologia da Informação

No DPF, a área de Tecnologia de Informação é composta por um órgão central, a Coordenação de Tecnologia da Informação - CTI, responsável pela elaboração e consolidação do Plano Diretor de Informática, pelo desenvolvimento e manutenção dos sistemas corporativos, pela estrutura da intranet e conexões dessa com a internet, entre outras funções típicas de Direção Geral. Regionalmente, nas Superintendências, os Núcleos de Tecnologia da Informação - NTIs são responsáveis pela difusão e aplicação das diretrizes e normas traçadas pela CTI, pela manutenção da infra-estrutura de TI, em especial equipamentos e intranet, e pelo atendimento aos usuários da região.

Segue adiante um quadro contendo a avaliação da gestão de Tecnologia de Informação no âmbito desta Unidade Jurisdicionada. Entretanto, salienta-se que muitos dos quesitos adiante avaliados não se aplicam aos NTIs. Nesse contexto, com o intuito de não prejudicar o quesito, o mesmo foi respondido como (1) – Totalmente Inválida.

Quadro L - Gestão de TI da UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					X
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.			X		
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.			8		
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.					X
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.					X
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.		X			
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.	X				
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.					X
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					X
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.					Serviços = 45% Bens = 3%
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					X
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.				X	

14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?					X
---	--	--	--	--	---

Considerações Gerais: Questionário respondido em conjunto pelos servidores lotados no NTI/SR/DPF/MT

LEGENDA

Níveis de avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) **Totalmente válida:** Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.

Fonte: Núcleo de Tecnologia da Informação da SR/DPF/MT

ITEM 13 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010
13.1) Despesas com Cartão de Crédito Corporativo

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Mato Grosso executou despesas por meio de suprimento de fundos, utilizando o Cartão de Pagamento do Governo Federal, observando as disposições constante nos Decretos números 5.355/2005, 6.370/2008, 93.872/1986 (artigo 47) e 3.518/2000, Instrução Normativa (IN) nº 05/1996-Secretaria do Tesouro Nacional, Portaria 90, de 24 de abril de 2009-Ministério do Planejamento, Portaria nº 95-Ministério da Fazenda, de 19 de abril de 2002, bem como a legislação adicional referente ao assunto em pauta.

Em 09 de novembro de 2009, foi expedida a Instrução Normativa nº 11/2009-Direção Geral do DPF, que alterou a IN nº 09/2008-Direção Geral do DPF, atualizando os procedimentos, consoante as Portarias (supracitadas) expedidas em 2009, pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e pelo Ministério da Justiça.

Assim, a nova IN nº 011/2009-DG/DPF manteve a regulamentação da concessão, aplicação e comprovação de suprimento de fundos para o custeio das despesas decorrentes das atividades peculiares ao Departamento de Polícia Federal – DPF, com regime especial de execução, estatuído no artigo 47 do Decreto nº 93.872/86, e das despesas previstas no art. 45 do mesmo instrumento legal, atualizando as orientações voltadas para os Ordenadores de Despesas e supridos, de forma prática e objetiva, na gestão de tais adiantamentos, visando à padronização dos procedimentos envolvidos.

Em 2011 os montantes de gastos com Cartões de Pagamento do Governo Federal nos referidos exercícios estão expostos no quadro abaixo.

**Quadro LI – Despesas pagas com cartão de crédito corporativo por UG e por suprido
(Despesas de Pequeno Vulto)**

Código da UG 1	Portador*	CPF*	Limite de Utilização da UG		Total	
			Valor do Limite Individual	Valor Saque Fatura		
	CARLOS EDUARDO MENDES DE OLIVEIRA	004.438.981-70		200,00	1925,00	2.125,00
	MARCOS TEODORO DA SILVA	559.214.501-20		800,00	2.368,60	3.168,60
	LEULTON BENEDICTO DE ARRUDA BARROS	694.202.701-49		1.299,50	57,00	1.356,50
	ROZIANE FERREIRA L. VARELA	994.137.791-04		1.117,00	5.773,06	6.890,06
	Total utilizado pela UG sob Regime de Pequeno Vulto			3.416,50	10.123,66	13.540,16
	Total utilizado pela UJ					

Fonte: SIAFI

*Obs.: Os supridos que executaram despesas sob o regime especial de execução tiveram seus nomes e CPFs omitidos, em observância ao §1º do art. 4º da Decisão Normativa TCU Nº 108/2010. Assim, o quadro acima apenas contempla o CPF dos supridos que realizara despesas de pequeno vulto.

**Quadro LII – Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador
(Regime Especial de Execução)**

Código da UG Funapol	200375		
Regime Especial de execução		Valor Individual Concedido	Total Efetivamente aplicado
Total utilizado pela UG em 2011 sob o Regime Especial de Execução			551.944,17
Total utilizado pela UG em 2010 sob o Regime Especial de Execução			

Fonte: SIAFI

**Quadro LIII – Despesas de Pequeno Vulto Com Cartão de Crédito Corporativo –
(Série Histórica)**

Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	(a+b)
2011	3.416,50		10.123,66	13.540,16	3.416,50
2010					
2009					

Fonte: SIAFI

ITEM 15 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

15.1) Deliberações do TCU atendidas no exercício

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Mato Grosso não recebeu determinações e recomendações do Tribunal de Contas da União no exercício de 2010.

15.2) Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

Não houve deliberações do Tribunal de Contas da União para esta Unidade Jurisdicionada que tenham permanecido pendentes de atendimento no exercício de 2010.

15.3) Recomendações da CGU atendidas no exercício

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Mato Grosso recebeu recomendações da Controladoria-Geral da União no exercício de 2011, sendo todas atendidas, conforme quadros adiante elencados.

De acordo com o Informe nº 008/2011, oriundo da Assessoria Especial de Controles Internos do Ministério da Justiça, as constatações e impropriedades apontadas pela auditoria da Secretaria Federal de Controle Interno não acarretaram ressalvas no Certificado de Auditoria emitido pela CGU.

Quadro LIV – Relatório de cumprimento das Recomendações da CGU

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Mato Grosso - SR/DPF/MT			200374/200375
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	RA 201108890	1.1.4.1	Ofício 6.477/2011- GABINETE/SR/DPF/MT
Entidade responsável objeto da recomendação			
Setor de Administração e Logística – SELOG/SR/DPF/MT			
Descrição do Item do Relatório			
Fragilidade nos controles relativos às informações contidas no SPIUNET sobre bens de uso especial da União sob a responsabilidade da unidade.			
Descrição das Recomendações:			
Recomendação nº 01 Capacitar servidores da instituição com o objetivo de atuar na área de cadastro e atualização dos imóveis da União sob responsabilidade da UJ junto à SPU/MPOG.			
Recomendação nº 02 Implementar rotinas para manter os imóveis da União sob responsabilidade da Superintendência da Polícia Federal em Mato Grosso cadastrados e atualizados junto ao SPIUNET			
Recomendação nº 03 Manter canal de discussão com a SPU/MPOG com o intuito de regularizar os registros de responsabilidade da			

Superintendência em Mato Grosso, cadastrados no SPIUNET na base dessa Unidade Examinada.
Providências Adotadas
Setor Responsável pela implementação
Núcleo Administrativo do SELOG/SR/DPF/MT
Síntese da providência adotada:
Recomendação n° 01 Capacitar servidores para lidar com o SPIUNET.
Recomendação n° 02 Manter o SPIUNTE atualizado
Recomendação n° 03 Parceria com a SPU/MPOG
Síntese dos resultados obtidos
No âmbito do NAD/SR/DPF/MT, houve a revisão dos procedimentos em questão e já foi realizado um curso por um Agente Administrativo lotado naquele Núcleo, no período de 13 a 15/06/2011, promovido em Brasília, conforme Mensagem SIAFI 2011/0777486, da UG emissora 200240. Houve designação de servidores, através da PORTARIA N° 9/2011 – GABINETE/SR/DPF/MT, DE 30 DE AGOSTO DE 2011, publicada no AS 35/2011, para atender as demandas relacionadas aos bens imóveis da União sob a responsabilidade da SR/DPF/MT. Assim, a atualização dos registros de imóveis encontra-se em regular andamento.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Apenas aguardava-se a resposta da Coordenação de Orçamento e Finanças atendendo a solicitação de treinamento aos servidores atuantes na área em questão. Assim, o curso foi realizado com sucesso e irá proporcionar regularidade no registro de bens imóveis de uso especial.

Quadro LIV – Relatório de cumprimento das Recomendações da CGU

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Mato Grosso - SR/DPF/MT			200374/200375
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	RA 201108890	1.1.5.1	Ofício 064/2011-SRH/SR/MT
Entidade responsável objeto da recomendação			
Setor de Recursos Humanos – SRH/SR/DPF/MT			
Descrição do Item do Relatório			
Pagamento indevido de abono de permanência e de auxílio alimentação a servidor aposentado			
Descrição das Recomendações:			
Recomendação n° 01			

<p>Providenciar a inclusão da reposição ao erário dos valores indevidos recebidos a título de Abono de Permanência ao servidor matrícula SIAPE 174815, correspondentes ao período de abril/2010 a março/2011, que já se encontrava na situação funcional de aposentado.</p> <p>Recomendação n° 02 Reestruturar adequadamente os documentos internos dos processos concessórios de Abono de Permanência.</p>
Providências Adotadas
Setor Responsável pela implementação
Setor de Recursos Humanos – SRH/SR/DPF/MT
Síntese da providência adotada:
<p>Recomendação n° 01 Devolução de valores pagos indevidamente</p> <p>Recomendação n° 02 Organização de documentos</p>
Síntese dos resultados obtidos
Todos os processos de abono de permanência já foram regularizados e organizados e os valores recebidos indevidamente já foram incluídos como reposição ao erário na folha de pagamento.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
No âmbito do SRH/SR/DPF/MT, houve uma reestruturação, com troca de chefia e acréscimo de servidores em número suficiente para atender às demandas.

Quadro LIV – Relatório de cumprimento das Recomendações da CGU

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Mato Grosso - SR/DPF/MT			200374/200375
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	RA 201108890	1.1.5.2	Ofício 064/2011-SRH/SR/MT
Entidade responsável objeto da recomendação			
Setor de Recursos Humanos – SRH/SR/DPF/MT			
Descrição do Item do Relatório			
Não ressarcimento de despesas incorridas com as cessões dos servidores matrículas SIAPE n.º 0174812 e 0174839.			
Descrição das Recomendações:			
Recomendação n° 01			
Solicitar o ressarcimento completo dos valores remuneratórios dos servidores de matrículas SIAPE n.º 0174812 e 0174839 desde o início de suas respectivas vigências de cessão, tendo em vista que os respectivos ônus estão a cargo			

do órgão cedente e a prestação de seus serviços está sendo realizada junto à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso.

Recomendação n° 02

Manter controle rigoroso das atualizações cadastrais funcionais desses servidores no Sistema Siape.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela implementação

Setor de Recursos Humanos – SRH/SR/DPF/MT

Síntese da providência adotada:

Recomendação n° 01

Ressarcimento de valores em função de cessão de servidores

Recomendação n° 02

Manter atualizados dados funcionais

Síntese dos resultados obtidos

Os ressarcimentos têm sido realizados regularmente pela SEJUSP/MT e os cadastros dos servidores controlados pelo Setor de Lotação e Movimentação – SLM/CRH/DPF.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

No âmbito do SRH/SR/DPF/MT, houve uma reestruturação, com troca de chefia e acréscimo de servidores em número suficiente para atender às demandas.

ITEM 17 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

17.1) Outras informações consideradas relevantes pela UJ e dificuldades enfrentadas na gestão

O combate aos crimes cibernéticos foi aprimorado, com a criação de um grupo especializado voltados para esse fim no DPF, denominado Grupo de Repressão a Crimes Cibernéticos-GRCC. A criação oficial desse Grupo representa uma grande vitória para a Polícia Federal, pois irá permitir a especialização dos trabalhos e uma melhor capacitação dos policiais para o enfrentamento das organizações criminosas que se utilizam das novas tecnologias para ofender a sociedade e o Estado brasileiro. A instituição se deu por meio da Portaria nº 2720/2011-DG/DPF, de 22 de novembro de 2011. O GRCC, a partir da publicação desta portaria, começa a fazer parte do organograma da Polícia Federal, o que representa uma clara decisão da instituição em fortalecer o combate aos crimes cibernéticos, conforme previsto no seu planejamento estratégico.

Os Grupos de Combate a Fraudes Eletrônicas, instituídos no projeto Tentáculos, foram automaticamente transformados no GRCC e vinculados diretamente ao Diretor de Combate ao Crime Organizado – DRCOR. Existente agora em 14 estados e no Distrito Federal (AM, MT, PE, RN, SP, MA, GO, MG, PR, RS, RJ, BA, PA, CE e DF), a implantação do Grupo nas demais SR's dependerá da proposta do Superintendente Regional ao Diretor de Investigação e Combate ao Crime Organizado.

Dentre os indicadores de produção, um dos mais importantes é o número de laudos elaborados, tendo em vista ser o mais representativo da atividade precípua do segmento Técnico-Científico, qual seja: a elaboração de exames periciais. Nesse contexto, convém detalhar a produção de laudos do Setor Técnico-Científico (SETEC) e das Unidades Técnico-Científicas (UTECS) de Sinop (SIC) e Rondonópolis (ROO), pois são setores que refletem, de forma consistente, a produção dos trabalhos desenvolvidos pelas delegacias, já que a ele são destinados os produtos oriundos de apreensões em operações e missões realizadas no âmbito da SR/DPF/MT e de suas descentralizadas.

No ano de 2011, foram registrados resultados expressivos, mensurados por dados estatísticos e participações relevantes do SETEC e das UTEC's, sendo elaborados no somatório global 1637 Laudos Periciais Criminais e 193 Informações Técnicas. Há de se observar que ocorreu alteração significativa no efetivo em 2011 (22 Peritos ativos na UJ), de maneira que o índice de produtividade por Perito ascendeu ante a 2010 (taxa de 118%) tendo em vista a redução de solicitações de perícias e a realização de recrutamentos de peritos de outros estados. Ao passo que, em 2010, o índice geral de produtividade correspondeu a 103%, sendo elaborados 2.144 documentos técnico-científicos (laudos) e atendidos 2.081 expedientes de requisição, indicando nível descendente no número de pendências.

Adiante, seguem quadros com o quantitativo de Laudos Periciais elaborados no âmbito desta Unidade Jurisdicionada.

Produção de laudos do SETEC/SR/DPF/MT por área de exame

Tipo de Laudo	Quantidade
Perícias Contábeis e Econômicas	58
Perícias de Audiovisual e Eletroeletrônicos	26
Perícias de Balística Forense	90
Perícias de Engenharia	4
Perícias de Genética Forense	0
Perícias de Informática	166
Perícias de Laboratório	351
Perícias de Local de Crime	30
Perícias de Meio Ambiente	68
Perícias de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural	0
Perícias de Veículos	117
Perícias Documentoscópicas	181
Perícias Merceológicas	33
Perícias de Biometria Forense	1
TOTAL GERAL	1125

Fonte: Sistema de Criminalística do DPF

Produção de laudos da UTEC/DPF/ROO/MT por área de exame

Tipo de Laudo	Quantidade
Perícias Contábeis e Econômicas	4
Perícias de Audiovisual e Eletroeletrônicos	10
Perícias de Balística Forense	16
Perícias de Engenharia	10
Perícias de Informática	37
Perícias de Laboratório	33
Perícias de Local	8
Perícias de Meio Ambiente	12
Perícias de Veículos	33
Perícias Documentoscópicas	45
Perícias Merceológicas	11
Perícias de Patrimônio, Artístico e Cultural	1
TOTAL GERAL	220

Fonte: Sistema de Criminalística do DPF

Produção de laudos da UTEC/DPF/SIC/MT por área de exame

Tipo de Laudo	Quantidade
Perícias Contábeis e Econômicas	15

Perícias de Audiovisual e Eletroeletrônicos	0
Perícias de Balística Forense	29
Perícias de Engenharia	5
Perícias de Informática	6
Perícias de Laboratório	26
Perícias de Local	7
Perícias de Meio Ambiente	61
Perícias de Veículos	25
Perícias Documentoscópicas	113
Perícias Merceológicas	5
TOTAL GERAL	292

Fonte: Sistema de Criminalística do DPF

No âmbito da produtividade dos Papiloscopistas em 2011, o Grupo de Identificação (GID) da SR/DPF/MT foi responsável pela confecção de 14.310 expedientes, autuados aos procedimentos policiais.

17.2.1) Gestão com qualidade e perspectivas de melhorias futuras nos controles internos

No contexto da expansão do programa de gestão pública com qualidade em 2011, inicialmente deve ser destacada a instituição, em 2010, do Escritório de Gestão de Processos – EGPRO/GAB/DG e do Escritório de Gestão de Projetos Estratégicos – EGPE/GAB/DG, ambos vinculados ao Centro Integrado de Gestão Estratégica – CIGE/GAB/DG, no âmbito da Polícia Federal, diretamente subordinados ao Diretor-Geral.

Com efeito, foi criado o Escritório de Gestão de Processos – EGPRO, mediante a Portaria nº 1246/2010-DG/DPF, de 09/08/2010, considerando a necessidade de: I) promover o alinhamento entre os processos e os objetivos institucionais e as ações estratégicas contidas no Plano Estratégico da Polícia Federal; II) definição de modelo para Gestão de Processos, sustentada por uma metodologia de identificação, mapeamento, diagnóstico, priorização e aperfeiçoamento de processos, que proporcione, dentre outros, a uniformização de conceitos e procedimentos no âmbito da instituição; e III) melhoria contínua na prestação de serviços ao cidadão, aumento da eficiência operacional, uniformização e simplificação de rotinas internas, redução de custos, minimização de erros e retrabalhos e automação de processos manuais.

Na sequência, foi instituído o Centro Integrado de Gestão Estratégica – CIGE/GAB/DG, por meio da Portaria 1990/2010-DG/DPF, de 30/11/2010, considerando o objetivo institucional do DPF de fortalecer a cultura de gestão estratégica, a necessidade de integrar e avaliar as iniciativas de modernização da gestão, bem como a política de planejar a administração dos sistemas e

macroprocessos da Polícia Federal, de maneira permanente e flexível, a fim de adaptá-los com rapidez às novas metodologias gerenciais e às evoluções de cenários.

Com a formalização do início do projeto, o CIGE deu início às ações relacionadas à efetivação do escopo aprovado. Assim, nos próximos anos, há previsão de que sejam entregues produtos que englobam desde a identificação e o mapeamento dos processos relacionados à Gestão de Projetos, até a formalização de indicadores de desempenho adicionais para o DPF.

O Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – “Gespública” foi criado em 2005, com a finalidade de contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados aos cidadãos brasileiros e para o aumento da competitividade do País.

O momento atual do contexto brasileiro exhibe um conjunto de prioridades, tais como a necessidade de elevar os níveis de atendimento ao cidadão, de introduzir melhorias em processos estruturantes e de compartilhar boas práticas relacionadas às pessoas que formam as organizações. O Programa “Gespública” tem papel fundamental em tal dinâmica, uma vez que suas estratégias, modelos e procedimentos incorporam as atuais necessidades em questão e a SR/DPF/MT já recebeu do Ministério do Planejamento a certificação de nível de gestão em 14/06/2010, baseado no modelo “Gespública”.

Ante o exposto, há perspectivas futuras de criação de novos indicadores de desempenho aplicáveis à realidade das Regionais de Polícia Federal, com a colaboração do Centro Integrado de Gestão Estratégica do DPF, o que deverá fortalecer sobremaneira a qualidade dos gastos, os controles, as estratégias de atuação e a eficiência na prestação dos serviços públicos no âmbito desta Unidade Jurisdicionada.

17.2.2) Programa Carbono Neutro

Com relação a programas de sustentabilidade ambiental, pelo quinto ano consecutivo, a Polícia Federal em Mato Grosso, realiza o plantio de mudas de árvores para a compensação de gases de efeito estufa (GEE), gerados em todas as atividades desenvolvidas pela Unidade. Para o cálculo de medição do impacto ambiental, são levados em consideração: o consumo de combustível, energia elétrica, passagens aéreas e papel.

Embora a maneira mais eficiente de se fixar carbono seja através do plantio de espécies de crescimento rápido, a Polícia Federal preferiu utilizar muda de espécies nativas e variadas contribuindo, também, para a preservação e recuperação dos biomas de cada região.

Em 2011, foram plantadas no estado de Mato Grosso cerca de 1.021 mudas de árvores nativas, com a colaboração de todas as unidades da Polícia Federal vinculadas a esta Regional. Desde o início do programa, em 2008, já foram plantadas mais de 4.084 mudas abrangendo a Superintendência em Cuiabá e as 04 Delegacias da PF no interior do Estado.

17.2.3) Implantação do SPARK

Em 2011 a Superintendência Regional de Polícia Federal em Mato Grosso com o objetivo de reduzir os gastos com telefonia entre as Unidades da SR/MT, além do uso obrigatório do VOIP adotou também o uso do SPARK, um software que permite a realização de bate-papos individuais e coletivos (conferências) entre os usuários (com recursos de voz inclusive), utilizando para isso o protocolo Jabber.

Para ter acesso ao serviço de Comunicação Instantânea é necessário possuir uma conta de correio eletrônico da PF válida e possuir o software cliente do protocolo JABBER (como o Spark) instalado no computador. Obedecidos estes requisitos, basta realizar a configuração expressa no manual e efetuar login com seu usuário.

A adoção por todos os usuários da SR/DPF/MT e Descentralizadas tem facilitado a comunicação interna, e permitido ainda uma grande economia de recursos de telefonia.

ITEM 1 DA PARTE B – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

1. Declaração do Contador Responsável

Quadro LV - Declaração do Contador Responsável



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
M.J-DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SERVIÇO DE CONTABILIDADE



DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
DECLARAÇÃO COM RESSALVA	
Denominação Completa (UJ): SUPERINTENDÊNCIA NO ESTADO DE MT – SR/MT/DPF	Código da UG: 200374 - 200375
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO, em relação à UG 200374, no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI.</p> <p>Para a emissão da declaração foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none">- a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;- o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI; e- a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>	
Brasília/DF	Data: 13/02/2012
Contador Responsável: GLADSTON GUIMARÃES NAVES	CRC nº DF-12534/O-8

SEÇÃO IV

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Sempre procurando melhorar as condições de trabalho dos servidores, a logística foi incrementada com aquisição de viaturas, mobiliário e equipamentos de informática. Foram recebidos materiais provenientes do Programa Promotec, direcionados principalmente para o Setor Técnico-Científico e para as Unidades Técnico-Científicas da PF em MT, instaladas nas Delegacias de Sinop e Rondonópolis. O Programa Promotec visa à ampliação e à modernização do segmento Técnico-Científico da Polícia Federal em todo o território nacional. A SR/MT recebeu ainda 17 viaturas e adquiriu mobiliários e equipamentos de informática no valor de R\$ 1.316.957,91 (um milhão trezentos e dezesseis mil novecentos e cinquenta e sete reais e noventa e um centavos).

A cooperação e a política de realizar ações conjuntas e intercâmbio com outros Órgãos do Governo, nas esferas Federal, Estadual e Municipal, também possibilitou êxito de diversas operações desencadeadas.

Em fevereiro de 2010, foi implantado, em âmbito estadual, o Sistema de Gerenciamento Policial – SIGEPOL, sistema Web, desenvolvido em software livre na SR/DPF/AC, destinado a gerenciar rotinas policiais e administrativas, com o objetivo de otimizar as tarefas desenvolvidas pelos servidores do Departamento de Polícia Federal. O SIGEPOL é uma suíte de aplicativos composta por diversos sistemas. No primeiro semestre, a implantação do sistema foi consolidada em Cuiabá e, no segundo semestre, foi iniciada a disseminação nas descentralizadas.

Na área de Tecnologia da Informação houve uma nova licitação para contratação de empresa para dar continuidade ao atendimento aos usuários de TI nesta Unidade Jurisdicionada, nos moldes da Instrução Normativa nº 04/2010 do MPOG – contratação de serviços de telessuporte, manutenção de equipamentos de TI e suporte a servidores, rede, segurança da informação e rede de dados.

Na área de telefonia, foi firmado novo contrato de telefonia móvel e modem 3G, que foi distribuído conforme a portaria determina a legislação própria e utilizados em apoio às operações policiais.

Trabalho contínuo vem sendo desenvolvido no sentido de aprimorar os controles sobre utilização de recursos a fim de permitir uma melhor utilização dos mesmos, visando o cumprimento da missão do DPF com o menor custo para a sociedade – incluindo utilização da infra-estrutura da rede DPFNet, utilização de espaço em disco, utilização de recursos de telefonia, entre outros. No que diz respeito à telefonia, em continuidade ao trabalho iniciado em 2009, foi obtida, durante o ano de 2011, uma redução significativa nos custos de telefonia no âmbito da SR/DPF/MT.

As restrições e limitações encontradas para o desenvolvimento das atividades, consistiram basicamente na escassez crônica de recursos humanos - principalmente nas atividades de apoio - e de recursos financeiros.

Foram enfrentadas dificuldades quanto aos limites orçamentários impostos, decisões estas que não estão na alçada dos gestores da Unidade Jurisdicionada. Ações, junto aos órgãos competentes, para mitigar tais obstáculos são tomadas sistematicamente por esta Superintendência. Estratégias decorrentes também tiveram que ser adotadas em virtude de mudança de cenários durante a

execução das ações, como consequência de outros problemas, como a crise econômica em alguns países da Europa, que acarretaram diretrizes para contenção de gastos governamentais.

Apesar de ainda insuficiente, a oferta de recursos e a disponibilização de equipamentos adquiridos pelos Órgãos Centrais contribuiu para uma melhora em relação ao exercício anterior. As soluções encontradas pela SR/DPF/MT para o desenvolvimento e o aperfeiçoamento das suas missões, tanto na atividade-fim, quanto na atividade-meio, consistiram na racionalização e na definição de prioridades dentro da gestão. Com o crescente aumento da demanda de trabalho de responsabilidade da Polícia Federal, ainda há necessidade de aumento do efetivo de policiais e, principalmente, de agentes administrativos.

Diante do exposto no presente Relatório, pode-se concluir que a SR/DPF/MT atuou no exercício de 2011, em consonância aos objetivos traçados para o período, observando os princípios e regras que disciplinam os atos de gestão da administração pública federal, atingindo a finalidade propugnada para o programa de governo 662 – Prevenção e Repressão à Criminalidade e demais Programas.

CÉSAR AUGUSTO MARTINEZ
Delegado de Polícia Federal
Superintendente Regional
SR/DPF/MT

ANEXOS

Informações sobre a utilização da videoconferência no DPF

Começa a funcionar o serviço de videoconferência

A Coordenação de Tecnologia da Informação – CTI concluiu a implantação do Sistema de Videoconferência da Polícia Federal.

O serviço irá permitir a comunicação multilateral por voz e imagem, criptografada, o que prevê segurança e poderá ser utilizada com participação simultânea de até 48 unidades da Polícia Federal. O uso do sistema foi regulamentado pela Instrução Normativa 27/2010, publicada em 16 de abril último.

O gerenciamento do serviço caberá à Divisão de Comunicação Social. Haverá, nas superintendências, um supervisor regional. A supervisão nacional será realizada pela CTI. Os detalhes sobre o funcionamento do sistema, reserva de recursos e instalação do programa poderão ser obtidos na documentação

disponibilizada no endereço <http://intranet.dpf.gov.br/cti/servicos/videoconferencia>. Orientação sobre o uso dos equipamentos poderão ser obtidos com os supervisores regionais, com o Service Desk através do telefone 0800-940-1210 ou através de correio eletrônico no endereço videoconferencia@dpf.gov.br. O contato com a supervisão nacional será pelo telefone (61) 2024-9487.

Para o uso do serviço já foram adquiridos três tipos de equipamento: Mesa de Videoconferência - instalada na Direção-Geral; Sala de Reunião - a serem instaladas nas SRs, CTI,

COAD/DLOG, DIP, INC e ANP; Executivo – a serem instaladas nas diretorias.

A implementação do serviço proporcionará agilidade, segurança e redução de custos, uma vez que não será necessário custear deslocamento de servidores para algumas atividades da PF.



Sala de videoconferência instalada na Sede da PF

FONTE: INFORMATIVO DA PF Nº 28, DE 10 DE JUNHO DE 2010.

Informações sobre a utilização do VOIP no DPF

VOIP, a sigla que ajuda economizar em telefonia

A PF tem a disposição um serviço que pode ajudar a economizar muito em custo de telefonia: o VOIP - Voice Over Internet Protocol. Mas afinal, o que esta sigla significa e por que ela ajuda a economizar? Parece complicado, mas é relativamente simples.

O VOIP significa, já traduzido e interpretado, o uso da tecnologia de rede da Internet para telefonia. Por ser pública e de alcance mundial, a Internet pode ser usada também para o "tráfego" de voz, o que resulta em economia em relação à comunicação privada comercializada por empresas. O VOIP é razoavelmente conhecido por usuários da Internet que o utilizam para economizar em telefonia através do aplicativo Skype.

O VOIP está disponível desde 2008 no âmbito da rede DPFNet, a rede de comunicação de dados interna da PF e que utiliza a mesma tecnologia de transmissão da Internet, o Internet Protocol. A DPFNet é um serviço de comunica-

ção de dados pago e mantido pelo consórcio das empresas Oi, Brasil Telecom e Telefônica. A idéia foi a de utilizar a rede de comunicação para economizar em telefonia. O serviço de telefonia é pago a parte.



Técnicos da Divisão de Telecomunicações – DITEL/CTI acreditam que o tímido uso do serviço, que não está totalmente implantado em todo o âmbito da PF, tem gerado

uma economia de aproximadamente 35% em ligações telefônicas. O VOIP está disponível em apenas dez estados, ou seja, em menos da metade das unidades da federação.

Usuários que utilizam regularmente o VOIP através do Skype já notaram alguns problemas na tecnologia, como demora na complementação da ligação, "metalização" da voz e o delay que são pequenas interrupções que ocorrem durante o diálogo. Os técnicos da Ditel dizem que esses problemas não existem mais devido ao uso de soluções mais avançadas que garantem a qualidade nas ligações.

A Ditel planeja estender o uso do VOIP a todas as unidades da PF no território nacional e também implantar ramais nas adidências até o final de 2011, aumentando a economia para a instituição.

Os usuários que desejarem realizar ligações telefônicas com o uso do VOIP poderão obter instruções na Intranet da PF, no endereço <http://intranet.dpf.gov.br/institucional/voip/>.